

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profa. Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIÒGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXVII - Nº 158 ISSN-0101-4919 JULHO-SETEMBRO1995

SUMÁRIO

Franceses no Brasil	183
Odilon Nogueira de Matos	
O mito da democracia racial no Brasil.....	186
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Discurso científico: análise de duas dissertações do final do século XIX	195
Geraldina Porto Witter	
Monteiro Lobato abriu os caminhos	202
Enéas Athanázio	
A fundação da Academia de Direito	208
Antônio Rodrigues Porto	
Golpe militar de 64 e suas conseqüências	210
Adão José Peixoto	

Cleptocracia	229
Maria Lúcia Victor Barbosa	
"A face trágica da arte"	231
Mário Pires	
Discutindo a História e o historiador	235
Rui Ribeiro de Campos	
A arquitetura barroca em São Paulo no século XVIII: alguns exemplos ..	238
Duílio Battistoni Filho	
De uma pasta de velhos recortes	
Maquiavel e o maquiavelismo	242
Conde Emmanuel de Bennigsen	
Memória Campineira	
A morte de Leopoldo Amaral noticiada pelo "O Estado de S. Paulo"	248
Textos (sugestões para seminários)	
Período confuso da história brasileira contemporânea (Stanley Hilton)	250
O caráter de Atenas (Péricles)	251
Vultos da historiografia brasileira	
D. Domingos de Loreto Couto	253
Seleta	
Das guerras cerviz do Palmar (D. Domingos de Loreto Couto) ..	257
Rabiscos de um escrevinhador	
Duas demonstrações de francesismo	262
Um apelo aos historiadores paulistas	263
Recordando um grande catarinense	265
Jesuíta ítalo-ituano	266
Odilon Nogueira de Matos	

FRANCESES NO BRASIL

Odilon Nogueira de MATOS

"Franceses no Brasil" é tema deveras atraente, ao qual poucos escritores resistiram. Não só os grandes viajantes, naturalistas e pintores do século passado, mas igualmente os que os precederam, nas mais diversas atividades, desde o primeiro século de nossa história. Gente de toda espécie: comerciantes, piratas, contrabandistas, navegantes à procura de provisões ou reparos para os seus barcos, e também... alguns missionários. Rara a região do Brasil que não sofresse alguma marca da influência francesa. Os navegantes, então, são assíduos freqüentadores do litoral brasileiro. Os portos da Bretanha, de vetusta tradição marítima, assistiam a todo momento a partida de navios para um mundo até então desconhecido. Chegam os franceses a afirmar (e a defender) a própria prioridade no descobrimento do Brasil. Há, de fato, um certo momento em nosso primeiro século, em que se tem dúvida se o Brasil vai continuar português ou vai cair em mãos de franceses, tal a freqüência com que os gauleses se aventuram no litoral brasileiro, tanto no norte como no sul. E diz uma tradição que eram eles mais hábeis que os portugueses no trato com os indígenas. Donde, as freqüentes alianças entre eles, pondo em risco a própria soberania portuguesa.

É importante registrar que de todas ou quase todas as viagens francesas resultaram diários e relatos, documentos preciosos de uma extensa bibliografia sobre o conhecimento da terra. Daria um livro o simples arrolamento do que se publicou sobre o Brasil nos primeiros séculos, não apenas de procedência francesa, mas também inglesa, holandesa, espanhola, alemã... Não só livros de viagens, mas também mapas do litoral, que os franceses conheciam bem melhor que os portugueses. Não é de estranhar, portanto, que se registrassem duas tentativas de ocupação definitiva de pontos estratégicos do litoral brasileiro, uma na baía de Guanabara, em meados do século XVI e outra, na ilha do Maranhão, no início do século seguinte. Da primeira, resultou a cidade do Rio de Janeiro, que vai ser capital do Brasil por duzentos anos; da segunda, resultou a cidade que até hoje tem

o nome que os franceses lhe deram (homenagem ao monarca francês) e que sempre foi a capital do Maranhão.

Os livros que esses viajantes deixaram são muito raros, cotados por preços altíssimos nos alfarrabistas internacionais. Como não se referem apenas ao Brasil, mas as páginas (às vezes poucas) sobre nosso país inserem-se em contextos mais amplos, não houve a preocupação de traduzí-los. Há, contudo, algumas exceções, que julgamos oportuno registrar: o de François Pyrard, de Laval, e o do jesuíta irlandês Ricardo Fleckno, ambos do século XVII, e cujos capítulos sobre o Brasil foram traduzidos por Afonso de Taunay. O de Pyrard, na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volume XII de 1908 (mas efetivamente só publicado em 1911); e o de Fleckno, em extenso capítulo do livro **Visitantes do Brasil colonial**, de 1933, um dos primeiros volumes (19º) da preciosa coleção "Brasíliana", bastante conhecida de todos. E registre-se que, mais recentemente (1992), a viagem de Paulmier de Gonneville, do início do século XVI, mereceu todo um livro da Professora Leyla Perrone-Moisés, modelar estudo crítico-diplomático-bibliográfico, com a tradução integral do texto do viajante francês (**Vinte Luas**, São Paulo, Companhia das Letras).

Mas, se não tem havido interesse nas traduções integrais (pela razão que já apontamos) houve, contudo, e sempre, o interesse em resenhá-los ou mesmo simplesmente noticiá-lo, quase sempre de maneira a permitir uma apreciação correta do conteúdo deles. Afonso de Taunay, para citar o exemplo mais conhecido, dedicou numerosos volumes de sua extensa bibliografia a essa tarefa. Já cuidamos do assunto em nossos trabalhos **Taunay e os viajantes estrangeiros no Brasil** e **Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil**, não vendo razão para repetir o que neles escrevemos. O mesmo fez, em escala menor, o naturalista Cândido de Melo Leitão nos livros **Visitantes do Primeiro Império** e **O Brasil visto pelos ingleses**, ambos publicados na já mencionada coleção "Brasíliana".

Neste particular, apraz-nos abrir espaço para um recente livro de Duílio Crispim Farina, nosso preclaro amigo e confrade da Academia Paulista de História e da Academia Paulista de Letras, e companheiro de diretoria no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que vem de publicar (1993) **Presença da França na terra brasileira** (edição do autor). Razões atávicas, perceptíveis na própria página de dedicatória, levaram-no a se ocupar dos "marinheiros da França" que andaram pelo Brasil. Nele encontramos quase uma dezena de franceses que visitaram nosso país, deixando depoimentos resenhados com segurança e conhecimento, às vezes com extensas transcrições de seus escritos. Chega até ao século XIX, ao tratar

de Jacques Arago (curioso caso de um viajante cego...) e, por associação, aborda a figura também curiosa do conde de Hogendorp, general de Napoleão, que, após Waterloo, veio para o Rio de Janeiro e se estabeleceu com chácara nas faldas do Corcovado, onde vivia das poucas rendas que sua propriedade lhe proporcionava. Capítulo interessante, este do velho companheiro de Napoleão, transformado, aqui, no “solitário de Cosme Velho”.

Fico muito feliz quando encontro um livro que me ensina alguma coisa. E apesar de minha relativa vivência com a literatura dos viajantes estrangeiros, este pequeno livro de Duílio Crispim Farina em ensinou muita coisa...

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Várias são as razões, tanto ao nível do empírico quanto do teórico, que levam o cientista social, em sua expressão mais ampla, a interessar-se pela análise da mudança social, mesmo porque toda a sociedade humana está sempre em constante transformação.

No caso brasileiro, especificamente, durante o período colonial, as distinções sociais se agravaram, notoriamente pela existência do regime escravista e da própria expropriação colonial, segundo a mentalidade particularista das classes dominantes. Em decorrência, as relações de classe são estamentais o que, de certa forma, reproduz o passado no presente, uma vez que a mentalidade conservadora que chegou aos nossos dias, no que tange ao exclusivismo e ao particularismo agrestes, nos faz ainda lembrar a problemática do colonizador X colonizado, e não a do empresário-capitalista X assalariado¹.

Se a organização da sociedade é marcada, entre outros fatores, pelo dinamismo da própria mudança social, no caso do Brasil, os chamados “modelos” dessa organização social, sempre tiveram presentes as potencialidades sócio-dinâmicas, quer de diferenciação estrutural e funcional, quer da própria saturação histórica, já que o primeiro “modelo” que nos serviu de base para a organização da sociedade colonial envolveu uma superposição do padrão português do regime estamental à escravidão indígena e africana. A seguir, advém um outro “modelo”, originado da desagregação desse regime estamental, ao mesmo tempo em que se processava o desenvolvimento do capitalismo interno, sendo solapado pela co-existência do trabalho servil com o semilivre e o livre, a tal ponto que a ordem escravista, no caso brasileiro, foi convertida em fator de estratificação social, tal como a dominação senhorial.

(1) Sobre o assunto consultar, entre outros trabalhos: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional/USP, 1972, p. 273/511.

Com a abolição da escravidão no país, em 1888, sem que houvesse de fato qualquer processo de recuperação humana do negro ou mulato, as funções sociais passaram a ser focalizadas à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva². E, a partir de então, o consenso “democracia racial” é um constante, embora sem consistência, já que não houve condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre, e, em decorrência, da própria competição. Vem daí o porque do “protesto” negro assumir vulto, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, no sentido de lutar por condições de igualdade racial, sem que, no entanto, conseguisse sensibilizar o “branco”, e sem mesmo dinamizar qualquer mecanismo eficiente de democratização racial ao nível da renda, do prestígio social e do próprio poder.

Convém de igual modo lembrar que a ordem social competitiva não se impôs de forma semelhante em todo o Brasil, uma vez que, como o seu rápido desenvolvimento coincidiu com a expansão cafeeira e com o surto urbano-industrial do Sul do país, acabou mesmo por beneficiar as classes dominantes da população (que ocupavam o poder econômico-político), e, em escala menor, de início, aos imigrantes europeus.

Na medida em que entendemos a abolição da escravidão no Brasil como um movimento feito “pelo branco e para o branco”, já que o negro, sem condições de adaptar-se ao novo sistema de trabalho que lhe era imposto, face a economia urbano-comercial, viu-se espoliado, em súbita competição com o branco, significa dizer que, no fundo, o problema racial brasileiro é um “modelo” assimétrico de relações de raça, elaborado para regular o contato entre “senhor, escravo e liberto”. Daí a generalizada confusão feita em termos de Brasil, com relação à democracia racial e à tolerância racial, uma vez que a primeira significa, basicamente, a necessidade de haver igualdade social, econômica e política, o que em verdade não ocorreu, mesmo porque o padrão brasileiro de relação social foi construído com base em uma sociedade escravista³.

Quer, pois, nos parecer que o racismo sentido ao longo do tempo no Brasil é parte da herança social da escravidão, onde o relacionamento

(2) Acreditamos que o estudo de PINTO, Costa L. A. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Ed. Nacional, s/d. (Col. Brasiliana, v. 276), cap. III, abre ainda proposta para revisitar-se tal questão.

(3) Dada a complexidade e até mesmo contradições existentes sobre o assunto, lembramos que a entrevista publicada em *A Gazeta*, 22/VIII/1966 e reproduzida por Florestan Fernandes, J. R. Borges Pereira e Oracy Nogueira: “A Questão Racial brasileira vista por três professores”. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, USP, 1971, sempre é oportuna de ser analisada.

negro e branco era a base de escravo e senhor, tendo este último prerrogativas que o negro não possuía. Em verdade, a abolição da escravidão no país veio a contribuir para que o negro fosse relegado a uma condição de marginalidade⁴, uma vez que sem condições para enfrentar a vida nas grandes cidades.

Com isso estamos dizendo que a mobilidade havida dentro do sistema social vigente não organizou-se para o negro como uma realidade coletiva, até porque atingiu apenas alguns indivíduos de "cor", sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões enfim que regem as relações raciais.

Poderíamos então nos indagar: e o que ocorre com o negro e mulato que conseguiram "ascender" socialmente? Para manterem esta posição, têm que enfrentar como que uma "crise" em seu próprio "meio", além de criarem um verdadeiro mecanismo de ostentação de *status* e de absolvição de novos padrões de vida. Todavia, o problema mais sério, quer nos parecer, é o de, na tentativa de igualar-se ao branco, ao nível de emprego e participação da renda, acaba o negro por romper o bloqueio de sua participação cultural para desfrutar desse novo ambiente que adentrou, muitas vezes ignorando que esse *status* é fictício, sem a real integração do branco a ele.

Claro que existem aqueles negros e mulatos que não se contentam, rejeitam mesmo esta "acomodação", não valorizam o branco por sua "cor", lutando para ficar no meio negro, em sua sociedade, querendo ser tratados como iguais, sem evasivas ou restrições. Daí o empenho desses elementos contra o racismo, camuflado em preconceito social, criando um novo tipo de competição com o branco, nos mais diferentes níveis da vida social.

Em verdade, as posições desvantajosas dos estoques negro e mulato na estrutura sócio-econômica, condicionam formas de participação cultural e de integração ao sistema de classes, que, antes de alterar suas posições, as perpetua uma vez que persistem os privilégios com profundas implicações sociais.

Desta forma cremos que a significação do racismo brasileiro é, em suas raízes, similar a dos demais racismos conhecidos; apenas, no Brasil, sua extensão social e sua gravidade em termos de atuação é que são menores, muito embora sua cristalização se dê através da prática de ações concretas

(4) "Marginalidade" é aqui entendida como situação social, independentemente da teoria da personalidade marginal. Portanto, todo elemento marginal (isolado ou em configuração com outros), existe na sociedade e porque existe essa sociedade. Para maior esclarecimento a respeito, consultar PEREIRA, Luiz (org.). *Populações "Marginais"*. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1978 (Coleção História e Sociedade).

diversas. Entretanto, insistimos: sua existência é negada pela utilização de afirmações retiradas da idéia de que é harmonioso o convívio entre os diversos grupos raciais, Cor e raça tendem a ser omitidos como estímulos de uma ação discriminatória, embora eles sejam componentes de peso nos critérios geradores das ações. A negação sistemática da existência do racismo permite a minimização dos componentes cor e raça nas relações sociais.

O fato de a democracia racial já vir sendo desmentida desde a década de 1950 não impede que existam afirmações de que o racismo não existe. Assim, a prática racista real, pela manifestação do preconceito de cor e discriminação racial, permuta-se numa ação que pode ser vista como normal e não discriminatória.

Merece destacarmos que entre os extremos da escravidão moderna e o **apartheid**, em que cristalizou-se a teoria da inferioridade dos povos não brancos e onde especificamente a vítima é o homem negro, houve e há muitos espaços que tipificam a prática discriminatória por critério racial e de cor, atingindo com diversas colorações populações das mais variadas, como é o caso, por exemplo, das discriminações sofridas por negros e mestiços de negros, onde quer que o branco seja dominante.

O preconceito racial, em si, não é prejudicial ao grupo racial não branco visto preconceituosamente pelo branco. Acontece, porém, que não se pode desvincular a prática da teoria, e, nesse sentido, a prática discriminatória está antecedida pelo preconceito e a primeira é uma cristalização do segundo. Por isso, algumas vezes pode até parecer a muitos negros e mestiços que a culpa de sua condição histórica cabe a eles próprios. Aquilo que poderia ser visto como decorrência, é visto como causa.

Enquanto grupo organizado, classe dominada contra dominante e disposta a permanecer no poder, os negros e mestiços vêm desenvolvendo a consciência de classe ou grupo dominado e, como tal, podendo evidenciar os mecanismos de exploração a que são submetidos. Daí o que se observa muitas vezes é que, individualizados, podem ser envolvidos pela ideologia (do branqueamento, da democracia racial, da inferioridade, etc.) e, em dominados ideologicamente, não percebem a prática discriminatória como tal.

Por outro lado, embora a legislação tenha por objetivo impedir a prática discriminatória, não podemos nos esquecer que leis não impedem o preconceito, a alienação. Em outras palavras, isto quer significar que as leis são dirigidas no sentido de tentar impedir apenas uma continuidade da prática discriminatória, ficando, desta forma, encobertos os processos que engendram a prática referida. Assim, o preconceito enquanto alienação,

fruto da ideologia de dominação dos indivíduos e da exploração de classe, fica imune à ação da legislação.

No Brasil a questão cor vem dinamizando e determinando comportamentos racistas desde a época Colonial, tendo passado já pela exterminação dos afro-brasileiros, pela corrente favorável ao branqueamento através da miscigenação, pela noção de “democracia racial” à de tolerância racial. Todavia, cremos que o conteúdo essencial da questão da discriminação racial do negro no Brasil encontra-se no aspecto ideológico primeiro da dominação colonialista - o eurocentrismo. Assim,

“a acumulação de preconceitos contra a população negra, mestiça ou indígena, é uma tentativa de solução, por parte do branco, da inferiorização de que ele também é vítima, enquanto colonizado. Um dos recursos mais evidentes na busca de tal solução é, de modo global, o investir o papel de colonizador em relação à população marginalizada economicamente (os pobres todos), socialmente (os mulatos claros), racialmente (os negros e os índios) e fenotipicamente (os mestiços todos)”⁵.

Desta maneira o racismo é uma manifestação presente em todas as camadas sociais, uma vez que, pelo processo de introjeção estas assimilam os preconceitos difundidos pelas camadas dominantes. Daí cremos existir uma união entre a exploração econômica e a ideológica, o que torna mais complexa a luta do negro, como minoria discriminada, uma vez que tem a conquistar um espaço dentro do contexto social buscando ter representatividade na atividade privada, pública ou oficial.

Também a emancipação do negro passa pela questão do reconhecimento da própria discriminação que existe e não é admitida, pela luta contra o racismo não explícito, bem assim contra as idéias que pregam a submissão do negro ao branco como algo lógico e irreparável. Entretanto, a situação no país altera-se um pouco, principalmente se levarmos em conta o que nos dias de hoje ocorre em Salvador, Bahia, quando, a começar pela falsa imagem multirracial que alguns insistem em apontar, constatamos que a situação das relações raciais é neste Estado brasileiro praticamente única, no sentido de que o preconceito e a discriminação raciais lá não se verificam

(5) TEODORO, Maria de Lourdes. “A intensidade do branco no espectro das cores (estudo da atitude do branco brasileiro para com os demais grupos étnicos). *Afrodíaspóra*, Rio de Janeiro, 2(3), out. 1983, jan. 1984.

apenas da parte dos brancos contra os negros mas, de igual modo da parte dos negros contra os brancos, estes últimos em franca minoria na capital baiana.

Parece-nos que o que realmente distingue as relações raciais em Salvador das demais áreas culturais brasileiras é que as desigualdades entre brancos e negros deixaram de ser vistas apenas pela diferença de classe, fazendo com que a cultura negra assumisse seu lugar.

Com isso não estamos querendo dizer que as diferenças ideológicas hajam desaparecido entre as várias entidades negras existentes em Salvador, mesmo porque a interferência dos brancos continua presente e, uma vez mais, dificultando o encontro da identidade negra, propiciando o descrédito da atuação dos negros, permitindo o desentendimento entre eles e a sua própria comunidade.

Todavia, o que nos parece mais sério a ser refletido é que o mito de que o Brasil é uma democracia racial, em que o “dinheiro pode embranquecer”, criou a impressão errônea de que a questão dos negros neste país é radicalmente diferente e menos sinistra do que nos Estados Unidos. Claro que as diferenças existem a começar historicamente. Também, o fato de que entre os norte-americanos o racismo é às claras, a comunidade negra é solidária, organizada e, com isso, tem condições de oferecer possibilidades de trabalho dentro da própria comunidade. Enquanto isso, no Brasil, a cooperação entre os negros ainda é diminuta, muito embora os grupos negros que vêm trabalhando para a libertação da opressão e exploração deles, estejam tentando reconstruir a personalidade coletiva do negro, de sua auto-imagem e, por extensão, da sua identidade sócio-cultural-econômica.

Em verdade foi a partir dos anos de 1970, fortemente influenciado pela libertação de Angola e Moçambique e pela luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, que apareceu no Brasil o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). A partir daí foram criados vários grupos ou núcleos do MNU em estados e cidades do interior do país, com o intuito primordial de ser um instrumento de luta contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. De igual modo, denunciaria a discriminação e as péssimas condições de vida da comunidade negra brasileira.

Realmente nestes últimos vinte, vinte e cinco anos, pelo menos dois aspectos marcam as conquistas anti-racistas: a consolidação de uma nova identidade racial e cultural do negro e a autoafirmação de elites negras, se bem que restritas, significativas no caminhar dessas reivindicações o que,

aos poucos, vai formando no negro não apenas uma consciência das suas condições no país, como também das relações de raça e cor⁶.

Parece-nos, contudo, que os movimentos intelectuais negros dos últimos cinquenta anos acabaram por pregar a imitação dos costumes burgueses brancos, numa tentativa de encontrar a dignidade social. E, só recentemente é que podemos dizer que as comunidades negras estão com características próprias em sua maneira de buscar coesão e expansão.

Constatamos que, embora a crença geral nos fundamentos biológicos para o racismo esteja esvaziada novas formas de concepção do "outro" foram surgindo; e, o "outro", ficou sendo aquele estranho, diferente não apenas na aparência, mas também no valor, nas crenças, no estilo de vida, na posição social, etc.. Desta maneira, o racismo na sociedade brasileira é tão implícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas acabam por não se sentirem racistas, sendo que, por vezes, os próprios negros assimilam sentimentos contrários à raça negra. Daí a importância de se conhecer e reconhecer o que é o racismo no Brasil, quais suas formas de sutileza, para que haja, com efeito, uma transformação real nas relações raciais, e, com isso, os negros deixem de confundir as causas sociais de sua lenta ascensão, com supostas causas de incapacidade natural.

Esse sentimento, acrescido aos comentários e piadas de mau gosto sobre o negro, demonstram a falta de respeito da sociedade para com ele; assim, é comum ouvir-se:

“Quando o preto voa?

Quando cai da construção.

Quando o preto anda de carro?

Quando vai preso.”

Claro que tais “falas” representam atitudes discriminatórias que veiculam imagens negativas sobre o negro, refletindo não uma situação imaginária, mas, real. Daí, não podermos admitir a existência no Brasil de uma “democracia racial”, uma vez que inexiste a igualdade das raças. A insistência de que ela existe “ajuda” a controlar a população negra, evitando situações de violência visíveis..., ou mais visíveis...

Com isso a dificuldade do negro sentir que a sua questão não é apenas um problema de raça, mas também de classe, uma questão política, que exige ser trabalhada para combater o racismo. A tarefa não é fácil,

(6) CARDOSO, Hamilton e outros. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez Ed., 1977, p. 86 e seguintes.

basicamente por permanecer a desunião dos grupos negros, a distancia entre a grande massa e os ainda poucos militantes negros, pelo discurso dessa militância ser, em geral, desvinculado do cotidiano da maioria negra, resultante das diferenças de escolaridade, além da própria visão da militância com relação à questão racial.

Outro aspecto ainda a ser considerado é que o Brasil conta com a influência do negro em todos os setores de suas manifestações culturais, até mesmo na maneira mística de encarar o mundo; no entanto, apesar de ser um país basicamente negro em toda a sua essência, sua estrutura está em função de uma ideologia branca, que aliena seu povo, permitindo a continuidade do racismo - uma forma de escravidão moderna - que impede as pessoas de compartilharem dos bens sociais, de atingirem um pleno desenvolvimento pessoal e coletivo.

Em verdade, concordamos com a afirmação de Jaime Pinsky⁷ de que inúmeros preconceitos que até hoje envolvem o negro no Brasil, tem sua origem na escravidão, mesmo porque foram passados através das gerações. Assim, entre outros, lembramos a idéia predominante em nossa cultura de que são eles indolentes, displicentes e promíscuos.

Ora, numa análise acurada constatamos, ao longo do processo histórico, a inverdade desses "mitos" que apenas recentemente começaram a ser discutidos de forma ampla, para um entendimento do papel do negro em nossa sociedade, fazendo com que, aos poucos, aquele sentimento de inferioridade, aquela sensação de não ser igual ao outro, vá desaparecendo. Nesse sentido, a participação cultural do negro, ainda pequena na literatura, mas intensa na música (sobretudo a popular), vem representando um espaço significativo devido a sua audiência em massa, para a transmissão da mensagem de conscientização.

Assim, composições de uma geração de artistas - cantores - caso de Gilberto Gil, Martinho da Vila e Jorge Ben (Benjor), entre outros - refletem a crescente conscientização afro-brasileira ao lado de um misticismo apoiado nos negros, refletindo o desejo deles de criar seus próprios termos de integração sócio-cultural, não querendo mais serem falsamente assimilados pela civilização branca.

Finalmente, queremos então dizer que a sociedade brasileira ainda não reconheceu o lugar do negro. Por outro lado, as dificuldades do movimento negro continuam pela ausência de base popular, fazendo com que

(7) PINSKY, Jaime. "Mitos da escravidão no Brasil". *Salve* 13 de maio?, São Paulo, nº único: 12-13, maio 1988.

suas manifestações sejam apenas ruidosas e solitárias, e não uma prática política, o que deixa em aberto (por quanto tempo?,...) a problemática negra e do negro, para a qual não foi encontrada solução definitiva, ou melhor dizendo, o negro não conseguiu ainda ser sujeito da História. Daí a complexidade persistente nos dias atuais, onde ele procura redimensionar e consolidar sua identidade para definitivamente reconquistar sua dignidade, apesar de lhe perdurar as condições inferiores de educação, de saúde e de trabalho.

DISCURSO CIENTÍFICO: ANÁLISE DE DUAS DISSERTAÇÕES DO FINAL DO SÉCULO XIX¹

Geraldina Porto WITTER
PUCCAMP

Entre os vários produtos resultantes do saber-fazer-poder em ciências, o discurso científico ocupa um papel relevante especialmente pelo *impacto* que tem sobre a própria ciência. Este discurso pode se concretizar sob a forma de discurso oral ou impresso.

Na forma oral situam-se comunicações verbais em congressos, palestras, conferências, seminários (onde o discurso pedagógico funde-se com o científico), nas relações verbais entre orientandos e orientadores, colóquios entre pesquisadores em entrevistas, exposições gravadas em vídeo ou transmitidas pela televisão.

Na forma escrita pode aparecer em suportes diversos como: jornais, periódicos, livros, disquetes, teses, dissertações e correspondência. Alguns são denominados literatura cinzenta por terem uma tiragem reduzida, serem acessíveis a uns poucos leitores, mesmo pela forma de impressão.

A trajetória natural de uma pesquisa pode implicar em apresentação, em momentos diversos, de discursos orais e escritos. Um resumo escrito pode aparecer em anais de congresso, uma apresentação mais longa oral nas sessões de comunicação, também aparecem em dissertações ou teses, que podem se transformar em artigos de periódico ou em livros.

Além disso, o discurso escrito pode ser uma resenha de um livro, uma tese, uma dissertação, um livro, uma revisão da literatura ou um relatório técnico-científico. Em cada caso, estruturas diversas são utilizadas na elaboração do discurso e na apresentação. Estas estruturas foram estabelecidas há longo tempo e vêm se alterando pouco, sofrendo variações

(1) Agradece-se ao pessoal do Museu Republicano de Itu, da USP, o acesso à coleção Prudente de Moraes, onde os trabalhos analisados foram localizados.

no tempo e no espaço, e mesmo, de acordo com as características peculiares da área do conhecimento. Isto motivou o surgimento de manuais orientando as pessoas a produzirem o discurso científico, como um todo, ou enfocando aspectos específicos do mesmo.

No século passado, a Escola Naval do Brasil sediada no Rio de Janeiro, preenchia seus cargos de docentes (lentes) através de concursos públicos. Entre as exigências figurava a apresentação de uma dissertação ou tese diante de uma banca examinadora. Estes trabalhos eram, muitas vezes, publicados ou já apresentados sob a forma de livros impressos.

Resgatando um pouco desta produção, que está a carecer de uma análise histórica e sistemática, são aqui analisados dois trabalhos quanto a seus aspectos gerais. Trata-se da dissertação de Costa (1898) e da tese de Pinto (1898).

Não se pretendeu fazer uma análise exaustiva da matéria, especialmente no que concerne ao seu conteúdo, o que certamente pede o concurso ou a colaboração de especialistas na área. Procurou-se apenas focar alguns aspectos estruturais e formais dos dois trabalhos procurando resgatar elementos de interesse em uma perspectiva histórica do evoluir destes aspectos.

A **These de Concurso** foi apresentada por João da Costa Pinto (1898) que, então era 1º Tenente reformado e Capitão tenente honorário como parte das exigências do concurso para lente na cadeira de Geometria descritiva e topográfica da Escola Naval. Não apresenta título específico nem na capa (encadernada) nem na folha de rosto. Na capa apenas se lê: These de Concurso. Na folha de rosto há informações sobre o autor, o concurso, o local, a data e a tipografia onde o documento foi impresso. Segue-se uma folha com a relação dos membros examinadores que compunham o que se denominava **Conselho de Concurso**. O Conselho era constituído de 12 membros sendo um deles designado como diretor. No presente caso, o Diretor do Conselho de Concurso foi o Contra-Almirante Dionysio Manhães Barreto, os demais (N = 11) eram todos lentes catedráticos da Escola Naval.

A **Introdução** é constituída por uma única folha sendo um discurso breve, de quatro parágrafos, no qual o autor enuncia suas intenções ao apresentar sua tese e fala da organização da mesma. É mais o que se poderia chamar de discurso de apresentação.

Vale destacar desta Introdução, que Pinto se propôs a “coordenar e desenvolver o que já existe escripto nos melhores auctores que nos foi possível obter, e para esse fim não poupámos estudo, cuidado e esforço” (s/n).

Alguns aspectos podem ser considerados em relação a esta afirmativa. É evidente a possibilidade de uma tese que não apresentasse o quesito “original”, o trabalho não precisava trazer dados novos. De fato, apresenta uma síntese do publicado anteriormente mas não tem a marca das atuais revisões de literatura, as fontes não estão presentes no discurso. Também mostra a preocupação de estar a par do que foi publicado, da produção de outros autores e que isto implicava em um grande esforço para escritor recuperar. Entretanto, o que é do autor ou o que ele transcreveu ou assimilou de outros ou de que autores não pode ser deduzido do trabalho pois não há menção às obras consultadas nem no corpo do trabalho nem em nota de rodapé, nem como bibliografia ou referências no final do discurso. Desta forma o leitor não fica sabendo quem são os “melhores autores” que inspiraram o discurso de Pinto.

Após a Introdução começa o discurso tese propriamente dito, mas o que o leitor encontra é uma página com o título **Dissertação**. Sem qualquer outra especificação de conteúdo. Na página seguinte o texto começa com um título que pode ser considerado pelo conteúdo e forma gráfica, como sendo o tema/título da dissertação: **Estudo sobre Classificação e Propriedades Gerais das Superfícies**. Estas inconsistências (dissertação/tese; não indicação de título e referências) podem ser uma característica dos trabalhos de então, o que se poderia detectar com uma pesquisa histórica exaustiva, com análises qualitativas e quantitativas. Fica aqui a sugestão de um empreendimento de pesquisa neste sentido. Também podem estar a refletir ausência de normas estabelecidas no meio científico nacional, na Escola Naval e de manuais para a elaboração de tais trabalhos. São outras variáveis que merecem pesquisa.

Embora o autor use marcas gráficas (letras de corpos diferentes e negrito) para distinguir as várias partes de seu discurso (sub-títulos) o mesmo é um fluxo contínuo sem capítulos marcados. Os sub-títulos que integram o macro discurso são:

- Superfícies geométricas propriamente ditas;**
- Superfícies Desenvolvíveis;**
- Superfícies Regradas Reversas e**
- Superfícies Topographicas.**

O texto é ilustrado com figuras geométricas e exercícios demonstrativos. É claro e o discurso tem um cunho mais didático que científico. É essencialmente descritivo sem questionamentos.

No final do livro há uma parte denominada **Proposições** em que estão arroladas as cinco disciplinas em concurso, isto é, que integram a cadeira para a qual o candidato se apresenta. Para historiadores de currículo acadêmico podem ser de grande interesse.

Como curiosidade, na página inicial, onde está impresso **These de Concurso**, no exemplar examinado para a elaboração do presente texto, consta a dedicatória do autor ao Presidente Prudente de Moraes, nos seguintes termos: “À S. Exa O Senhor Dr. Prudente José de Moraes e Barros Muito digno Presidente da República oferece O author”.

Trabalho quase da mesma época é o segundo texto aqui focado. Trata-se da dissertação de Costa, datada de 1898.

Quando José Figueiredo Costa apresentou o trabalho aqui analisado era 1º Tenente da Armada Nacional e já vinha respondendo interinamente pela 3ª cadeira, do 4º ano da Escola Naval, no Rio de Janeiro. A cadeira era de **Exame Histórico da Tactica Naval**. Aberto o concurso para provimento da mesma o autor candidatou-se apresentando, para atender às exigências do concurso, a dissertação: **História Naval e Tactica. Operações combinadas de terra e mar (1898)**.

O conteúdo informativo da capa começa no alto com Escola Naval, abaixo do que vem **These de Concurso**, o desenho de uma âncora e ao pé da página Capital Federal e sob esta indicação do local (Rio de Janeiro) e data (1898). Estas informações, são repetidas na folha de rosto e são acrescidos os dados de que concurso se trata, o autor e onde foi impresso o trabalho. Na folha seguinte é apresentada a Congregação da Escola presidida pelo Contra-Almirante Dionysio Manhães Barreto, que também presidiu o concurso a que se refere o primeiro documento aqui focado. São 13 os lentes catedráticos, sendo dois interinos. Havia ainda um quadro composto por 10 lentes substitutos.

Na folha seguinte apenas se repete: **Dissertação - Exame Histórico da Tactica Naval**. Vale destacar que, nesta página, o exemplar consultado apresenta a dedicatória, manuscrita pelo autor, de doação do livro ao Presidente Prudente de Moraes. Ela é lavrada nos seguintes termos: “À Sua Exa o Senro. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, respeitosamente oferece, 13 de setembro de 1898. O Author”.

Na página seguinte aparece uma breve **Introdução** (três parágrafos) que de fato é uma apresentação do trabalho, espaço em que o autor também agradece a orientação recebida de Garcez Palha ao longo de sua formação.

Segue-se o texto da dissertação propriamente dita que está dividida em tópicos, com destaque de capítulos, embora este vocábulo não seja usado.

O primeiro tópico é **Marinha a Remos**, onde o autor recupera a história da marinha sustentada a embarcações a remo desde a antiguidade. Retoma os clássicos. É a parte mais erudita do trabalho, com citações frequentes em latim e francês, indicando as referências em notas de rodapé. A leitura é agradável e marcas gráficas (mudanças no tipo de letra) são usadas para destacar aspectos que o autor julga relevantes. Também recorre a figuras simples para ilustrar os vários tipos de organização dos remos. Além da descrição, o autor contextualiza o evoluir do pensamento subjacente aos vários tipos de embarcação ao longo da história bem como, as vantagens e limitações das mesmas para a atividade de guerra.

O tópico seguinte trata da **Marinha à Vela** e mantém as características básicas do anterior enquanto discurso mas evidencia menos erudição. Segue-se **Marinha à Vapor** que começa pela retomada da necessidade militar de superar as limitações das embarcações de guerra a vela. Segundo o autor, esta necessidade estimulou o “espírito eminentemente inventivo do homem e levou-o a transpor todos os óbices que a natureza lhe antepunha, permitindo-lhe arrancar do escrínio da sciencia um novo poder motriz para os navios - o vapor...” (p. 61). Discorre assim de um tema hoje muito decantado, o das relações entre necessidade social, motivação, criatividade e produção científica. Trata-se das vantagens e limitações da embarcação a vapor em situação de guerra.

Marianha Encouraçada é o tópico seguinte. Lembra que “Kimburn é a alvorada dos navios encouraçados. Esta porém não é o berço da idéia do encouraçamento - o **struggle for life** do navio hodierno; e si é verdade que alli tem lugar seu renascimento, como demonstração de um facto tantas vezes verificado, o de vermos o homem caminhar retroactivamente em busca de uma idéia antiga, anteriormente applicada, devemos affirmar, em bem do restabelecimento da verdade histórica, que a sua primeira manifestação perde-se na noite dos tempos, pertence incontestavelmente à marinha à remos” (p. 73). Passa a discorrer sobre os esforços das nações do prisma científico e tecnológico para desenvolver os encouraçados. Seu foco de atenção é o que ocorre na França. Chega mesmo a emprestar as palavras do Ministro da Marinha da França, enaltecendo os encouraçados para fechar o seu trabalho.

Segue-se como pós-texto uma parte denominada **Proposições** em que estão arrolados os tópicos dos programas das quatro disciplinas a que se referia o concurso. Face o registrado em relação ao trabalho anterior, é possível que esta apresentação decorra da exigência das normas de concurso. Seria necessário prosseguir em uma investigação histórica quanto a este aspecto o que escapa ao intento do presente texto.

Os dois discursos são dissertações baseadas explicitamente na bibliografia disponível, um arrola os textos usados, o outro não; um é puramente descritivo, o outro é mais analítico e criativo. Em ambos os discursos a Introdução é o lugar para a apresentação do trabalho. Ambos fecham-se apresentando como anexo as Proposições ou programas das disciplinas em concurso.

Não foi feita aqui uma análise profunda do conteúdo dos discursos e sua contextualização no desenvolvimento do conhecimento da época em que foram escritos e o que é ainda válido. É bem possível que parte do conhecimento sobre geometria analítica tenha sido superado pelos avanços nesta área. Todavia, a história das embarcações e das estratégias de guerra das marinhas é ainda atual e parece um texto útil aos pesquisadores da área, mesmo enquanto conteúdo informativo.

Entretanto, a preocupação central do presente trabalho era quanto a estrutura do discurso científico. Em ambos há o que se denomina pré-texto (folha de rosto, indicações de congregação e banca) e a Introdução por ter caráter de apresentação de discurso também se insere no pré-texto. Ambos apresentam como dissertação trabalhos em que a intertextualidade está presente, implícita, em um caso, e explícita, em outro. Ambos apresentam como pós-texto as Proposições ou programas de disciplinas. Assim, pode-se dizer que a macro estrutura de pré-texto, texto e pós-texto foi seguida nos discursos considerados. Na estruturação do texto propriamente dito, um apresentou-se com a composição do que pode ser denominado capítulos relativamente independentes entre si. O outro é uma unidade discursiva em que há uma interdependência forte entre seus sub-títulos.

Há necessidade de resgatar a produção científica brasileira do passado para se poder melhor entender o evoluir da ciência no Brasil quer do prisma discursivo, quer do prisma do conteúdo, quer ainda de seu impacto social, científico e tecnológico. É um trabalho para muitos, aqui fica uma minúscula contribuição, mais como convite para que somem esforços buscando recuperar os documentos, analisá-los, construir e reconstruir esta história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, J. de F. (1898) História Naval e Tactica: Operações combinadas de terra e mar. These de Concurso para vaga de lente da 3ª cadeira do 4º ano da Escola Naval. Rio de Janeiro: Typographia Confiança.**
- PINTO, J. da C. (1898) These de Concurso para a vaga de lente da Cadeira de Geometria descritiva e Topographia da Escola Naval. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger.**

MONTEIRO LOBATO ABRIU OS CAMINHOS

Enéas ATHANÁZIO

UMA OBRA VASTA E SURPREENDENTE

Quarenta e cinco anos depois de morto, Monteiro Lobato (1882/1948) está ligado de forma indissolúvel à literatura infantil brasileira, ainda mais com as sucessivas adaptações de suas histórias para a televisão. Embora antes dele vários outros produzissem esporadicamente obras nesse gênero, Lobato é considerado o criador de nossa literatura para crianças, não apenas pela riqueza e pela qualidade do que escreveu, mas também porque criou um mundo fictício que até hoje não foi desvendado em todos seus aspectos e implicações - o Sítio do Picapau Amarelo.

Por mais conhecida e importante que seja, porém, a literatura infantil no contexto de sua produção, a obra de Lobato não se esgota nela. Muito daquilo que ele próprio selecionou para a parte denominada "literatura geral" de suas Obras Completas, reunindo apenas uma parcela do que escreveu, continua vivo e capaz de interessar ao leitor. Essas páginas revelam um escritor primoroso, hábil no escrever para adultos, ligado nos grandes temas do momento e preocupado com os destinos do país. Quem leu sobre sua vida sabe que ele se preparou mesmo para ser ficcionista e que a literatura infantil, na qual revelou um talento invulgar, aconteceu por acidente. Não deixa de ser uma injustiça que aquela parte da obra para a qual afinou com tanto empenho e por tanto tempo o instrumento do escritor seja colocada em segundo plano. Os lobatianos históricos, aliás, têm nisso alguma culpa por sustentarem que ao ressaltar esse lado adulto de sua produção se desfazia a aura de fantasia que deve cercar o escritor infantil.

Nessa parte se incluem alguns dos melhores contos de nossas letras, construídos com dedicação e paciência, na busca incansável da perfeição. As cartas que enviou a Godofredo Rangel registram em muitas

passagens os desabafos do contista laborioso, sempre insatisfeito com os resultados, mas disposto a recomeçar do início, num aprendizado permanente, ate atingir o nível desejado. O resultado foi a criação de contos modelares e engenhosos, de onde o leitor só consegue desviar os olhos sonhadores no final para "fixá-los num ponto imaginário do horizonte", como ele desejava.

Ali também se encontram os trabalhos que produziu no calor das campanhas em que se envolveu pela produção de ferro e petróleo pelo saneamento e pelo livro, pelo reflorestamento e pela construção de estradas, entre outras. Os inúmeros artigos de crítica - literária, de artes plásticas, teatral e até de cinema, os ensaios a respeito de problemas nacionais, os depoimentos e entrevistas que revelam o pensador. E até mesmo, para surpresa de muitos, os escritos sobre assuntos políticos (a democracia, a censura, o voto secreto, as fraudes eleitorais, os políticos, a cabala dos eleitores, o sistema representativo etc.). Alguns assuntos jurídicos, pelos quais se interessou, mereceram seus comentários. O crime e o criminoso, os juízes e a justiça, a lei e o júri são abordados, mas a pena criminal e a incomunicabilidade aparecem mais de uma vez, principalmente depois que foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional e preso junto com homicidas e ladrões de galinhas. Como lembram seus biógrafos, o que mais o chocou nesse episódio não foi tanto a prisão mas a incomunicabilidade em que foi colocado. Sem que pudesse imaginar, dois de seus contos foram absorvidos pela literatura jurídica penal: "Júri na roça", como tremenda crítica aos quesitos do júri, e "O engraçado arrependido", como exemplo de homicídio cometido por meios morais.

Muitas são as páginas que deixou sobre economia. Um de seus ensaios obteve repercussão pelos debates que provocou. "A moeda regressiva", publicado em 1939, expunha a teoria de uma moeda cuja validade se extinguiria com a passagem do tempo, provocando as mais fantásticas conseqüências, como o fim do capitalismo "selvagem", da especulação e da usura, dos impostos e dos extremismos econômicos. Traduzido para o espanhol, apareceu no "El Economista", do México, com longo comentário da redação. Numa tentativa de ressuscitar a curiosa teoria, o escritor Mário Graciotti publicou o livro "Esta moeda salva o mundo" (Ibrasa - S. Paulo - 1993), onde analisa a idéia, sua gênese e possíveis efeitos, batalhando pela adoção dessa moeda milagrosa.

Entre crônicas, cartas, viagens e notas, merece destaque ainda o romance "O presidente negro ou o choque das raças", com o qual, embora único, Lobato conquistou lugar definitivo como precursor da ficção científica

entre nós. Como observou Edgard Cavalheiro, da pena de Monteiro Lobato saíam escritos sobre todos os assuntos, exceto jurídicos no sentido técnico.

Embora seja um dos escritores brasileiros mais biografados e analisados, dois aspectos continuam mal esclarecidos. Refiro-me ao posicionamento de Lobato em face da arte moderna, em especial a pintura, e suas relações com os modernistas e o Modernismo.

2 - GUERRA AOS MACACOS

Uma exposição de suas obras e o lançamento do livro "Anita Malfatti no tempo e no espaço", de Marta Rossetti Batista (IBM do Brasil - S. Paulo - 1986), põe em evidência há alguns anos essa esquecida pintora que foi precursora do Modernismo brasileiro, e, naturalmente, o célebre artigo do Monteiro Lobato e o mal-entendido que o afastou para sempre do grupo. Travou-se então alguma discussão mas não chegou a conclusões corretas e o escritor saiu dela, mais uma vez, rotulado de reacionário e ignorante das artes plásticas, incapaz de entender a mensagem inovadora da obra da pintora.

Muito tem sido escrito sobre esse episódio, quase sempre de forma ligeira e superficial. Os autores que aprofundaram questão e procuraram uma explicação lógica para a posição de Lobato, como o insuspeito Mario da Silva Brito e o categorizado biógrafo Edgard Cavalheiro, têm sido ignorados. Nem mesmo o artigo "Paranóia ou mistificação?", em que o escritor desancou a pintora, tem sido bem analisado.

Retornando da Europa, onde se impregnara dos ideais estéticos de vanguarda, Anita Malfatti abriu sua exposição numa cidade ainda provinciana como a São Paulo de 1917. Expunha ao público os resultados de seus estudos em telas que mostravam nus, homens e rochedos amarelos, mulheres de cabelos verdes e outras produções nessa linha. A exposição provocou certo escândalo, mas os visitantes se sucediam e os quadros eram vendidos - um sucesso relativo. Foi então que apareceu o comentário de Lobato, publicado no "Estadinho", revertendo de pronto a situação. Obras foram devolvidas, a artista foi injuriada e houve até ameaças de furar as telas a bico de bengala. Anita virou do dia para a noite a "heroína" do Modernismo e Lobato foi convertido no "inimigo número um" da nova corrente. Não houve escriba neste país, queixou-se ele, "que não lhe desse uma estocada..."

Tudo indica que ele não esperava a repercussão de seu artigo. Era na época um escritor recém-chegado do interior e ainda inédito em livro,

muito longe do “todo poderoso” da crítica nacional como é retratado em relatos daqueles acontecimentos.

Por que assumiu Lobato, - um inovador em tantas frentes, - aquela posição tão radical e conservadora? Consideradas as circunstâncias da época e as atitudes anteriores do escritor, a explicação se impõe com facilidade.

A influência francesa no Brasil daqueles dias era imensa. Tal como ocorre hoje com os Estados Unidos, muitos brasileiros imitavam - como macacos - tudo que vinha da França e alguns ate a consideravam a segunda pátria.

Ora, Monteiro Lobato andava em guerra contra tal servilismo cultural - guerra contra os macacos. Nacionalista em matéria de pintura, ele viu na obra de Malfatti mais uma “francesia”, mais uma macaquice a reforçar nossa submissão cultural à França. Contra ela se colocou de imediato na contundente crítica. Talvez tenha carregado nas tintas, mas não imaginava que ninguém, exceto Oswald de Andrade, num tímido artigo, esboçasse uma defesa da artista e sua estética. Sua palavra ficou como uma espécie de juízo final. Não imaginava também que a insegura Anita não conseguisse absorver a crítica, mudando os rumos de sua arte, passando da vanguarda ao retrocesso, e assim permanecendo até a morte em 1964. Não deu ouvidos nem mesmo aos reiterados apelos do amigo Mário de Andrade para que retomasse os caminhos iniciais.

Críticas recentes, reavaliando a obra de Anita Malfatti, com destaque para “Rochedos” e “O homem amarelo”, - os que mais chocaram na exposição de 1917, - põem em dúvida as qualidades apregoadas. Assim, a crítica lobatiana, além de discordar da linha estética teria razão no avaliar a ausência de maior valor pictórico. Não concordo com isso; para mim são obras modelares.

3 - JECA TATU E MACUNAÍMA

Acusado de antimodernista, Lobato ficou à margem do movimento. Não participou das reuniões e consta que teria se retirado de uma das “soirées” da Semana de 1922. A crítica, no entanto, nunca deixou de apontar os aspectos modernizantes de sua obra e atuação cultural. Acabou virando pré-modernista “malgré lui”.

Exemplo bem significativo disso é o livro “De Jeca a Macunaíma: Monteiro Lobato e o Modernismo”, de Vasda Bonafini Landers (Civilização

Brasileira - Rio - 1988), escrito como tese de doutorado pela New York University e ampliado para publicação em volume. A autora aborda de forma exaustiva as relações de Lobato com o Modernismo, concluindo que foi ele o verdadeiro/precursor e pioneiro dos ideais modernistas no Brasil.

Com dados e citações tão abundantes que às vezes chegam a ser cansativos, ela mostra que a colocação de Lobato como inimigo jurado do Modernismo não passa de calamitosa mentira histórica, em que nem ao menos falta boa dose de má-fé para alijá-lo do panorama literário da época. Na verdade, apesar da pouca idade, Lobato incomodava pelo olho crítico e pela independência.

Rastreado o pensamento do escritor desde o início, numa visão geral e sistemática, ela comprova sua linha renovadora e nacionalista, que conservou até o fim, com absoluta coerência. Mostra que vários de seus trabalhos, publicados na imprensa, foram modernistas muito antes de qualquer outra manifestação modernista. Seu livro de estréia "Urupês", aparecido em 1918, era nitidamente inovador pela linguagem e pelos temas, pelos ambientes e personagens brasileiros, numa época em que nossos autores andavam muito preocupados em imitar os franceses e futuros modernistas até escreviam em francês.

Ela relaciona o que chama de "manifestos modernistas" de Lobato, que tomam a forma de ensaios ou de ficção. Comparando-os com textos dos mais representativos modernistas, vai mostrando como Lobato abordou com grande precedência histórica cada um dos pontos que constituiriam mais tarde o programa de 1922. Aponta por fim a presença da terminologia e da temática lobatianas em obras modernistas posteriores, evidenciando a sua forte influência. E conclui que um paralelo entre as obras de Monteiro Lobato e Mário de Andrade, no que tem de vanguardistas, revelase vantajosa para o primeiro. Jeca Tatu abriu caminhos que Macunaíma trilharia com mais conforto. Só os mal-entendidos e ciuemeiras locais impediram que Lobato liderasse o Modernismo, também equivocadamente ao se lançar nos braços de Graça Aranha, com quem não tinha as afinidades que sobravam com Monteiro Lobato.

4 - HOMEM PÚBLICO SEM CARGOS

Essas manifestações da crítica, no entanto, continuam mais ou menos ignoradas e Lobato permanece na mesma situação. Agora surge um documento que o favorece, confirmando o que disseram esses ensaístas.

Trata-se do depoimento mais que insuspeito do próprio Oswald de Andrade, participe e testemunha presencial, contido no livro “Estética e Política” (Globo - S. Paulo - 1992), e que acaba de ser integrado às suas Obras Completas.

Organizado pela incansável Maria Eugênia Boaventura, o volume reúne textos do combativo líder, em grande parte relacionados com o movimento, entre eles os célebres artigos “O meu poeta futurista”, lançando Mário de Andrade, e “A exposição Anita Malfatti, esboçando a defesa da pintora.

O livro, em seu conjunto, surpreende acima de tudo por um aspecto. Quando seria de esperar que suas páginas fossem um hino a Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Graça Aranha e outros engajados, a pena justiceira de Oswald de Andrade aponta, proclama e repisa que a abertura dos caminhos modernistas no Brasil se deve a Monteiro Lobato. Diz a organizadora que ele “recuperou a participação de Lobato no Modernismo”.

Para Oswald, referindo-se ao impacto causado por “Urupês”, “a atitude inicial de Lobato foi um estouro nos arraiais bambos da estética paulista.” Em outra passagem: “Como se diz que a literatura russa começou com “O capote”, de Gogol, pode-se também afirmar que a nossa modernidade começou no “Jeca Tatu” de Lobato. Ali havia duas coisas evidentemente novas - o homem vítima da terra e a escrita nova. Foi em Lobato que a renovação teve de fato o seu impulso básico. Ele apresentava, enfim, uma prosa nova... Mas aí é que somos obrigados a situar como primeiro modernista Monteiro Lobato. E sejam quais forem as dissensões que teve conosco, sobretudo a propósito da pintora Anita Malfatti, ele ficará, sem dúvida, como o primeiro prosador do Brasil Moderno.”

Reconhece que Lobato não assumiu a chefia do movimento porque não quis e faz uma afirmação muito repetida, embora nem sempre se saiba quem foi o autor: “Monteiro Lobato soube morrer dentro da honradez de sua missão. Poucos escritores sem exercer cargos terão sido como ele um homem público. Toda a sua vida se desdobrou entre a ação prática... e a reabilitação de seu povo e de sua terra.”

A justiça literária costuma ser lerda. Vamos esperar que essas opiniões levem à revisão de muito que tem sido dito e repetido sem razão sobre Monteiro Lobato e sua contribuição para o Modernismo brasileiro, dimensionando-se com justeza a importância desse “herói civil da literatura nacional”, como o definiu Drummond.

A FUNDAÇÃO DA ACADEMIA DE DIREITO

Antonio Rodrigues PORTO

A criação da Academia de Direito em São Paulo foi cercada de muitos obstáculos. Tal criação foi, pela primeira vez, proposta à Assembléia Constituinte em 14 de junho de 1823, por José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois Visconde de São Leopoldo. A Comissão de Instrução Pública aprovou a futura criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, na província de Pernambuco; e resolveu que desde logo se instalasse um curso jurídico em São Paulo.

Quando iniciada a discussão do assunto em plenário, o deputado Almeida e Albuquerque sugeriu que o curso jurídico fosse criado no Rio de Janeiro. Fernandes Pinheiro retrucou: "Notou-se de impropriedade o assento das duas universidades: quanto ao da cidade de S. Paulo, não me alucinou decerto o natural pendor para a capital de uma Província, na qual me honro de haver tido o berço; considerei principalmente a salubridade e amenidade de seu clima, sua feliz posição, a abundância e barateza de todas as precisões e cômodos da vida: - o Tietê vale bem o Mondego do outro hemisfério".

Discordou dele o deputado Montezuma, da Bahia: "Não sei porque a cidade de S. Paulo deva merecer semelhante preferência. Não sei porque aqui sempre se anda com S. Paulo para cá, e São Paulo para lá; em nada aqui se fala que não venha S. Paulo". E prossegue: "A conceder-se um só colégio, não devia ser em São Paulo, mas na Bahia...".

Diversos deputados se manifestaram na ocasião, em vários sentidos, inclusive a criação também de uma universidade em Minas Gerais. Outros parlamentares se puzeram a favor de Montezuma, entendendo que devia ser estabelecida na Bahia; um deles era José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, que para excluir São Paulo censurou a pronúncia desagradável dos paulistas.

A proposta inicial de Fernandes Pinheiro foi aprovada, mas não se transformou em lei porque o Imperador dissolveu a Constituinte em 12 de novembro de 1823.

Promulgada a Constituição do Império, em 25 de março de 1824, posteriormente a Assembléia Legislativa tornou a discutir a criação de curso jurídico, desta vez no Rio de Janeiro; a final, prevaleceu a idéia de serem criados dois cursos: um em São Paulo e outro em Olinda, sendo a respectiva lei promulgada em 11 de agosto de 1827. Fernandes Pinheiro referendou essa lei, como Ministro do Império, e por coincidência fora ele o autor da primeira proposta de criação da Academia de Direito em São Paulo, na sessão de 14 de junho de 1823.

A instalação da Academia de Direito na capital da Província de São Paulo, em 1828, no antigo convento dos franciscanos do largo de São Francisco, trouxe grande desenvolvimento intelectual e econômico à cidade. Entretanto, até por volta de 1870 a cidade manteve sua fisionomia colonial, com escasso progresso urbano. Por outro lado, os estudantes da Academia imprimiram mudanças no comportamento social da Capital, dando-lhe mais animação.

Essa antiga Academia de Direito, depois Faculdade de Direito, hoje faz parte da Universidade de São Paulo. E é mais comum dizer-se “Faculdade do largo de São Francisco”, do que “Faculdade da USP”.

GOLPE MILITAR DE 64 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS*

Adão José PEIXOTO**

No dia 31 de março do corrente ano completaram 31 anos que ocorreu o golpe de estado que levou os militares ao poder. Esse golpe foi resultado de um longo processo que começou a ser gestado quando Getúlio Vargas introduziu no Brasil o populismo, a política alicerçada no aliciamento das classes populares. Começou a ser articulado, a partir daí, todo um trabalho dos grupos que sentiam os seus interesses ameaçados, principalmente as multinacionais e seus associados, para combater esta prática política. A conseqüência da resistência destes grupos emergentes que buscam apoio no meio militar, em setores da burguesia nacional e nas classes médias, vai ser o golpe de 64, que leva os militares ao poder, com o objetivo de assegurar a consolidação de uma política já em curso: a internacionalização da economia brasileira.

1 - OS MILITARES E A POLÍTICA

Inicialmente quero ressaltar que a presença de militares na vida política brasileira não é recente. A frágil democracia brasileira tem sido historicamente perturbada pela intervenção militar. A história política brasileira tem sido, em grande parte, uma história de sucessivos golpes militares. A transição do regime imperial para o republicano acontece através de um golpe militar que coloca o Marechal Deodoro da Fonseca à frente do primeiro governo republicano, onde *"O povo, no dizer de um dos fundadores da*

(*) Este artigo foi elaborado a partir do capítulo III "A sociedade brasileira pós 64 e as condições de trabalho, da Dissertação de Mestrado intitulado "ALIENAÇÃO E EDUCAÇÃO: A DIVISÃO DO TRABALHO COMO ALIENAÇÃO DA ATIVIDADE DOCENTE" - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Instituto de Filosofia, 1991.

(**) Professor do Departamento de Educação da FCT/UNESP - Presidente Prudente.

República, assistira 'bestializado' ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava" (PRADO JR., 1983: 208). Em 1930, ocorre mais um golpe de Estado, liderado em grande parte por militares, o qual leva Getúlio Vargas ao poder. Em 1937, um novo golpe de Estado, com a participação efetiva de militares, tendo à frente Getúlio Vargas, chamado "Estado Novo" e garante a permanência de Vargas no poder. Em 1945, um novo golpe militar, desta vez para retirar Vargas do poder, colocando em seu lugar o Marechal Eurico Dutra. E, finalmente, em 1964, outro golpe militar que depõe João Goulart e institui um regime ditatorial que se prolonga até 1984. Conclui-se, com isso, que o nosso sistema republicano "democrático" tem sido uma verdadeira república da "espada".

2 - O POPULISMO E A INQUIETAÇÃO DAS ELITES

Vargas, ao tentar efetuar a passagem do governo autoritário e coercitivo, depois da implantação do Estado Novo, para uma forma populista de domínio e de articulação de interesses baseados na cooptação das classes trabalhadoras, provocou uma grande inquietação nas classes dominantes, pois, *"A estratégia de Getúlio Vargas foi vista com alarme pelas classes dominantes e com suspeita pelas classes médias, pois tal estratégia somente aumentaria o apelo carismático do próprio Getúlio Vargas junto às classes trabalhadoras e realçaria o seu papel no comando do Estado como intermediário político. A mobilização das classes trabalhadoras, apesar de limitada, era temida pelas classes dominantes, pois poderia dar a Getúlio Vargas o apoio necessário para o estabelecimento de um executivo relativamente independente. Tal executivo seria um anátema tanto para os industriais quanto para a oligarquia, e colocaria Getúlio Vargas acima do controle das Forças Armadas"* (DREIFUSS, 1981 :28).

O temor das elites era ainda maior porque a estratégia de Vargas apontava para um projeto nacionalista e estatizante da economia brasileira, e, *"Isso era precisamente o que os industriais e outros tentavam reprimir, pois eles estavam nesse momento procurando fortalecer suas ligações com interesses multinacionais na tentativa de conseguir capital e tecnologia"* (DREIFUSS, op. cit., 28). Antecipando a consolidações desta estratégia política e a formação do novo bloco de poder planejado por Vargas, os militares, apoiados *"... por um alinhamento que compreendia os industriais locais, a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam renovado seu interesse pelo Brasil"* (DREIFUSS, op. cit., 28), o destituíram do poder.

Com o governo do Marechal Eurico Dutra, o sucessor de Vargas, as iniciativas privadas foram intensamente estimuladas; muitas das empresas estatais foram desativadas e foi incentivado o investimento do capital estrangeiro, inclusive em condições bastante estimulantes. E assim, o entusiasmo pelo nacionalismo sofre um grande refluxo.

Outro fato importante durante o governo de Eurico Dutra foi a criação da Escola Superior de Guerra e de uma Comissão integrando militares do Brasil e dos Estados Unidos para analisar a situação brasileira e “... esboçar um programa de desenvolvimento econômico para o país” (DREIFUSS, op. cit., 29); este fato vai ter grande influência na Política brasileira nos anos seguintes, sendo o principal articulador e o responsável pelo golpe militar de 64.

Em 1950, Getúlio Vargas volta novamente ao poder, só que desta vez através do voto direto. Sua plataforma de campanha retoma o caráter populista, tendo como principal bandeira o nacionalismo desenvolvimentista: defesa da indústria nacional, combate à inflação, crescimento econômico e a recuperação dos salários da classe operaria. Por ser esta plataforma muito completa, onde se tentava conciliar interesses muito antagônicos, interesses do capital e do trabalho e a oposição do capital estrangeiro e seus associados, fez com que esta prática política fosse marcada por várias contradições, o que contribuiu para que esta fase do governo Vargas fosse marcada por profundas crises. A polarização ideológica e política em torno de questões nacionalistas e trabalhistas acirrou o confronto com os interesses do capital estrangeiro e o movimento sindical, que não via seus interesses atendidos. Esta situação conturbada, aliada à pressão militar, forçou a demissão de João Goulart do Ministério de Trabalho e, em 1954, o suicídio de Getúlio Vargas, motivado, segundo o próprio Vargas, por não compactuar com uma “... conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas” (DREIFUSS, op. cit., 33). Chegou um momento em que Vargas estava perdendo o apoio do próprio bloco que teoricamente o apoiava, o bloco industrial-trabalhista: os empresários nacionais, por temerem a excessiva presença do Estado na economia, se tornando um Estado empresarial; e os trabalhadores, por se sentirem traídos, já que seus interesses não eram, como foi acima enunciado, atendidos. Alia-se a isso a oposição dos militares e “Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a segunda guerra mundial” (ibid., p. 33). Essa conjunção de fatores desfavoráveis fez com que se diluisse o bloco político que dava sustentação ao governo, o que fez com que a situação se tornasse insustentável.

O governo seguinte, sob o comando de Café Filho, reestabeleceu uma política nitidamente voltada para os interesses do capital estrangeiro. Um exemplo disso foi a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) através da famosa Instrução 113, que desenvolveu uma política que visava facilitar os investimentos estrangeiros, *“permitindo que corporações multinacionais importassem equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas e isentando-as da cobertura cambial necessária à importação de maquinário, benefício este não desfrutado por firmas brasileiras”* (ibid., p. 33).

O governo de Juscelino Kubitschek, através da implantação de uma política desenvolvimentista traduzida pelo chamado “Plano de Metas”, procurou incentivar o desenvolvimento da indústria nacional e dar continuidade à política populista, sem excluir a participação do capital estrangeiro. Para evitar a exclusão ou mesmo as restrições à penetração das empresas multinacionais, os grupos que representavam estes interesses criaram uma série de organismos, os chamados “Grupos Executivos”, que tinham participação na formulação das diretrizes políticas do governo. Isso, *“Na realidade significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência de capital local e multinacional (...). Torna-se necessário, então, que os interesses multinacionais e associados conseguissem o comando do Estado e a ocupação de postos burocráticos na administração”* (DREIFUSS, op. cit., 34-5). Com a presença destes grupos executivos, o capital estrangeiro passou a influenciar de tal forma as diretrizes políticas, que acabou determinando o processo de expansão capitalista. Segundo Dreifuss, *“Apesar da expressiva presença do Estado na economia, ele não ‘orientava’ a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista”* (op. cit., 36).

Várias modificações se processaram na estrutura da sociedade brasileira no final da década de cinquenta e no início da década de sessenta. A forte concentração populacional nos grandes centros urbanos, o aumento dos parques industriais e da classe operária, assim como a intensa mobilização sindical, estudantil e de outros setores da sociedade, principalmente os militares (cada qual com interesses diferentes), contribuíram para enfraquecer a estrutura de poder vigente. Estes setores organizados passaram a questionar a estrutura política mantida pela retórica nacionalista e sua postura demagógica em relação ao conflito capital-trabalho, bem como a relação capital nacional-capital estrangeiro.

Analisando esta situação em relação ao comportamento do Estado com o trabalho, ou seja, com a classe trabalhadora, conclui-se que o Estado populista se constitui num forte instrumento de desintegração das lutas populares, na medida em que, ao assumir uma postura paternalista e assistencialista, acabava neutralizando e co-optando as organizações que deveriam representar os interesses das classes trabalhadoras. É neste sentido que *“O populismo, com suas características clientelistas, cartoriais e paternalistas, serviu, por um breve período, para produzir ideologicamente e recriar politicamente a idéia de um Estado neutro e benevolente, mito que seria destruído em princípio da década de sessenta. Através do populismo, as classes dominantes visam também preservar a falta de diferenciação sócio-política que havia sido a característica dos regimes anteriores, em uma tentativa de abafar o aparecimento de organizações autônomas das classes trabalhadoras”* (DREIFUSS, op. cit., 36). Esse “mito” da neutralidade do Estado foi desmistificado com o acirramento dos conflitos desencadeados tanto pela classe trabalhadora quanto pelas multinacionais, que exigiam do Estado uma postura mais clara em relação aos interesses em jogo.

3 - O GOVERNO DE JOÃO GOULART, A CRISE E O GOLPE

Jânio Quadros, que se elegeu defendendo as bandeiras da política populista de seus antecessores, renunciou em seguida, pretendendo com isso, ser reconduzido ao governo com plenos poderes. No entanto, sua renúncia foi aceita. Assume a Presidência o vice, João Goulart. Por ser um dos herdeiros mais radicais da política nacionalista e do populismo, e por ter sido também ministro do governo de Getúlio Vargas, Goulart causou uma grande apreensão nas elites, principalmente nos representantes das multinacionais. Os opositores desta orientação política fizeram de tudo para impedir a posse de João Goulart. Este só assumiu a Presidência depois que foi imposto o regime parlamentarista, como uma forma de diminuir o poder do presidente, medida esta que foi derrubada em seguida através de plebiscito popular, o que contribuiu para acirrar ainda mais os conflitos. O bloco opositor, liderado pelas multinacionais e pelos militares, que já veiculavam idéias anti-populares e anti-populistas com uma concepção de desenvolvimento e modernização atrelada aos interesses do capital estrangeiro, desencadeou uma forte campanha de desestabilização do governo. Este bloco oposicionista, liderado pelos militares da ESG, conseguiu conquistar os industriais nacionais e vários segmentos da classe média, estabelecendo um certo consenso em relação à necessidade da derrubada do presidente. Com isso, o bloco

interessado na queda do governo teve respaldo para, através dos militares, aplicar o golpe de Estado, o que acabou acontecendo em 1964. Com este golpe, que levou os militares ao poder, *“Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecnocrática, uma série de anéis de poder burocrático-empresariais objetivando a articulação de seus próprios interesses”* (DREIFUSS, op. cit., 73).

4 - O GOLPE MILITAR E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Desta forma, com o golpe de 64 é formado um novo bloco de poder liderado pelas multinacionais e associados, se constituindo na nova elite orgânica, que, através dos aparelhos de Estado e tendo à frente os militares, se torna o grupo hegemônico da sociedade brasileira. Assim, o capital estrangeiro conseguiu, através de seus aliados, o intento que há muito tempo perseguia: o controle do aparelho estatal para implantar a internacionalização da economia brasileira e, por extensão, o capitalismo monopolista, sob a liderança dos grandes trustes internacionais.

O papel desempenhado pelo capital estrangeiro na economia brasileira não é um fato isolado; faz parte de um conjunto de iniciativas bem articuladas do capital no modo de produção capitalista, em que tudo é planejado para defender os seus interesses com vistas à sua acumulação. Os países do chamado “terceiro mundo” estão submetidos a esta situação devido à sua debilidade política e econômica, a mão-de-obra barata e abundante, assim como à matéria-prima disponível e um amplo mercado consumidor, campo fértil para a penetração do capital internacional. Como a preocupação do capital, e com a sua própria reprodução e acumulação, ele arranca dos países “periféricos” a riqueza, deixando para trás um rastro de pobreza, *“É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as potencialidades naturais que seu solo encerra, os consumidores potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar”* (PRADO JR., op. cit., 279). Assim,

o capital rompe as fronteiras nacionais, internacionaliza as relações entre os povos e impõe as regras econômicas, políticas e culturais dos países ricos aos países “periféricos”. Isso é a transnacionalidade do capital, que tudo desintegra para novamente reintegrar num bloco orgânico que lhe dá sustentação para se tornar hegemônico. O golpe militar de 64 teve este caráter: a desintegração do bloco nacionalista e a articulação de um novo bloco sob a orientação das multinacionais e seus associados, muitos dos quais cooptados do bloco anterior.

O que ficou sob a influência do capital estrangeiro com o golpe de 64 não foi apenas a economia (a infra-estrutura, a base econômica e, portanto, material da sociedade) mas também o poder político (a superestrutura da sociedade, a base “espiritual”, as instituições formuladoras e formadoras de opiniões, que a partir de então passaram a veicular e a inculcar os valores as idéias, enfim, a ideologia do capital estrangeiro, muito bem refletida nos princípios defendidos pela Doutrina de Segurança Nacional), indiretamente através de seus aliados que assumiram o controle do Estado.

É bom ressaltar que a penetração e a dominação imperialistas através de vários mecanismos (sistemas financeiros internacionais empresas multinacionais, tecnologia estrangeira, etc.), não são uma simples imposição sobre os interesses dos grupos nacionais. Se assim fosse, seria quase impossível manter este domínio, já que a resistência dos grupos nacionais seria quase incontrolável. As relações entre as forças externas e internas formam um todo muito complexo. Para um grupo social transformar seus interesses em interesses hegemônicos não basta apenas a coerção; é necessária a cooptação de outros grupos para que estes passem a se identificar com os interesses do grupo em ascensão. Somente através do estabelecimento de um certo consenso entre os interesses que aparentemente são antagônicos, é que é possível um grupo tornar-se hegemônico. No caso do capital estrangeiro, que faz com que os seus interesses prevalecessem sobre os demais a partir de 64, não foi apenas devido à ação repressiva desencadeada pelo Estado, mas porque vários grupos locais passaram a se identificar, com estes interesses externos. Com isso, foi possível ao capital estrangeiro formar um bloco que convergia para estes interesses, o que possibilitou a estas forças externas e a seus aliados tornarem-se hegemônicos. É por isso que “... o sistema de dominação ressurge com uma força ‘interna’, através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam fazer prevalecer interesses estrangeiros, não especificamente porque sejam estrangeiros, mas porque podem ir ao

encontro de valores e interesses que julgam tais grupos ser os seus próprios” (CARDOSO, F. H. e FALLETO - apud ALVES, 1984: 21).

Os interesses imperialistas se consolidam através da implantação de uma intensa rede de dependência mútua entre os vários grupos envolvidos, o que faz com que se desenvolva, nos países periféricos, classes entreguistas e clientelísticas que se associam aos interesses externos com o intuito de se beneficiarem mutuamente.

A história econômica e social do Brasil tem sido uma história de dependências pois *“A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país”* (PRADO JR., op. cit., 270). Este caráter de dependência ficou muito mais nítido depois de 64, quando foi instituído um regime cujas diretrizes políticas, econômicas e sociais estavam voltadas para os interesses das forças imperialistas.

O golpe de 64 representou o esforço dos vários grupos locais e externos para assumir o comando do desenvolvimento brasileiro de forma a mantê-lo não apenas dependente, mas reforçar esta dependência.

Tudo o que se constituía em dificuldade para a ação do capital estrangeiro teria que ser eliminado. As políticas implantadas pelos governos populares, principalmente a de João Goulart estabelecia uma série de restrições aos investimentos estrangeiros, através de medidas tais como rígido controle das remessas de lucros, legislação antitruste, negociação para a nacionalização de grandes empresas estrangeiras, uma política de proteção à indústria nacional através de tarifas alfandegárias que protegessem o mercado para os produtos da indústria nacional, e concessão de subsídios, etc, foi o suficiente para desencadear a reação dos grandes grupos internacionais que se sentiram lesados. A reação destes grupos não demorou a aparecer, *“As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classes, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista”* (DREIFUSS, op. cit., 483). Foi desencadeada, a partir daí, toda uma política do terror, não só física, por intermédio, da repressão armada, mas também psicológica. As classes dominantes, através de um jogo ideológico, na tentativa de dissimular a realidade, desencadearam uma campanha que procurava associar o nacionalismo ao comunismo, objetivando, assim, conseguir o apoio das classes médias e dos industriais de tendência nacionalista.

5 - A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Todo esse movimento não foi arquitetado de forma improvisada, mas foi muito bem articulado, através de um longo processo que foi aos poucos ganhando espaço. Este projeto começou a ser gestado logo após a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, inicialmente com a finalidade de treinar pessoas para que tivessem alta qualificação com o objetivo de assumir funções de “direção e planejamento” dentro da política de segurança nacional. Desde a sua fundação, a ESG contava com a assessoria de militares franceses e norte-americanos. Na medida em que essa assessoria foi se intensificando, foi ampliando também o seu papel, demonstrando uma clara influência dos estrategistas estrangeiros na formação da política de segurança nacional. Posteriormente, a ESG passou a desempenhar também o papel de elaborar um “*método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico*” (Apud ALVES, op. cit., 24). Com isso, as estratégias que passaram a ser formuladas pela ESG demonstravam uma grande influência da concepção de segurança dos militares franceses e, especialmente, dos norte-americanos. Um exemplo disso é o conceito de segurança externa, entendido não como defesa das fronteiras nacionais, mas como simples combate ao expansionismo do comunismo. O único inimigo para esta concepção era o bloco comunista. É interessante observar que a ESG se diferenciava em vários pontos das suas matrizes. A concepção de segurança nacional não se restringia às questões externas, mas se estendia à segurança interna. E a ameaça à segurança interna era também o comunismo via ataque indireto, através de atos revolucionários, por parte dos defensores desta concepção política. Assim, a teoria do “ataque indireto” por parte da União Soviética, e o perigo de guerra “*subversiva ou revolucionária deveriam receber cuidados especiais*” (Apud ALVES, op. cit., 24). Outro fator que diferenciava a ESG dos demais, modelos era que ela abrigava em seus quadros não apenas militares, mas também civis das classes altas, além de convidados como professores, conferencistas e alunos (cf. ALVES, op. cit., 24). Isso demonstra que estas forças sociais, apoiadas pelas multinacionais, já preparavam há muito tempo os seus quadros para ocupar o poder. Tal fato se evidenciou logo após o golpe, com os graduados da ESG ocupando os principais cargos do governo que acabara de se instalar. “*Entre os principais civis em atividade na ESG antes do golpe estavam Octávio Gouvea de Bilhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Neto. Todos eles ocupariam cargos de ministros de Estado*” (ALVES, op. cit., p. 25).

Através de instituições civis de “fachada”, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), os militares e os civis, engajados no projeto de internacionalização da economia brasileira, elaboraram planos e só traçaram diretrizes e estratégias políticas de desestabilização dos governos “indesejáveis”, incompatíveis com a política entreguista e, portanto, neo-colonial que estes grupos defendiam. Com estas iniciativas, *“o complexo ESG/IPES/IBAD tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado”* (ALVES, op. cit., 25).

Muitas das propostas elaboradas na ESG acabaram se transformando em leis, no final da década de 50 e início dos anos 60. Dentre estas propostas está a Lei de Fidelidade Partidária, incorporada à legislação pelo Ato Institucional nº 2, de 1965.

As atividades do IBAD e do IPES não se resumiam ao delineamento de diretrizes políticas; juntamente com a ESG, estes organismos implantaram uma verdadeira rede de espionagem, cujo objetivo era obter informações que seriam imprescindíveis para neutralizar e até mesmo eliminar as forças potencialmente resistentes a um golpe militar e a imposição de uma política econômica entregue aos ditames do capital estrangeiro. Os agentes de informação, coordenados pelo complexo ESG/IBAD/IPES, se infiltravam secretamente nos meios sindicais, estudantis, universitários, religiosos, etc, e, a partir daí, elaboravam dossiês detalhados sobre a atuação destes grupos. Este trabalho tinha o General Golbery do Couto e Silva como um dos seus coordenadores. Vai ser o general Golbery o mentor do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pelo Decreto-Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964 com a finalidade de “coletar” informações que fossem importantes para “preservar” a Segurança Nacional, identificando os possíveis subversivos internos.

Todo o projeto político, econômico e social traçado pelo complexo ESG/IBAD/IPES procurava facilitar o desenvolvimento do capitalismo associado-dependente. Neste projeto, “Segurança e Desenvolvimento” estão intimamente relacionados. A Doutrina de Segurança Nacional, esboçada por estes organismos, passa a se constituir num instrumento ideológico de justificação de um sistema de controle e de repressão para assegurar o êxito de tal política.

Segundo Maria H. M. Alves (1984: 26), a Doutrina de Segurança Nacional *“... constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria da guerra, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de*

desenvolvimento econômico associado-dependente". Fica claro que a preocupação essencial era integrar o Brasil ao Bloco Capitalista desenvolvido. Para tanto, segundo esta visão era necessário se precaver contra as "forças" que se constituíram em obstáculo à execução deste projeto. Estas forças ameaçadoras são as que agem em nome do comunismo e estão presentes tanto interna como externamente, o que demonstra a necessidade de municiar o Estado de condições de autodefesa. O inimigo externo era, assim, identificado como sendo os países defensores de uma economia baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Esta teoria revela uma nítida alusão à onda da guerra fria entre o bloco capitalista e o socialista, desencadeada depois da segunda guerra mundial, em que a União Soviética ampliou consideravelmente o seu domínio, o que "... arrasta o Estado brasileiro a uma aliança tácita e efetiva no chamado Bloco Ocidental, participando de alianças que garantam a segurança e defesa dos valores do mundo ocidental e cristão, cuja semântica aponta, na sua interpretação mais fiel, para os valores do mundo capitalista ocidental" (RODRIGUES, 1987: 51). Segundo esta concepção, a ameaça da expansão comunista não era apenas externa, mas se fazia presente também internamente, já que o comunismo infiltrava, nos países capitalistas, elementos agitadores, conspiradores e subversivos para desestabilizar a ordem social e criar um clima de revolta popular, facilitando, assim, a penetração das idéias comunistas e a tentativa destes grupos em assumir o poder em nome do comunismo. É neste sentido que, internamente. *"O inimigo é o mesmo, isto é, todas as forças capazes de colocar em risco a 'paz social', identificada como resultante de uma ordem interna coesa em torno dos interesses maiores dos valores 'ocidentais e cristãos', isto é, interesses igualmente traduzíveis pelos parâmetros do capital"* (RODRIGUES, 1987: 51).

Na visão dos estrategistas do complexo ESG/IPES/IBAD, era necessário combater os dois inimigos. No entanto, o mais urgente era o combate aos inimigos internos, que representavam a ameaça mais direta. Esta teoria do inimigo 'interno' permite ao governo criar dois tipos de estruturas defensivas: *"O Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os 'inimigos', aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista 'indireta'"* (ALVES, op. cit., 41) (grifo meu).

Ao integrar a Segurança Interna no quadro da segurança nacional, *"tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se*

manifestam no âmbito interno” (Manual Básico da ESG, Apud ALVES, op. cit., 40), sem considerar as suas origens, entendendo simplesmente que estes “antagonismos e pressões” integram necessariamente as forças conspiratórias, a doutrina de Segurança Nacional procura justificar a criação de um Estado autoritário, centralizador e repressivo, cuja missão é, principalmente, neutralizar e superar as ameaças internas e criar condições para garantir a integração do Brasil ao Bloco Capitalista Ocidental. E o caminho para se conseguir isto era através da facilitação da penetração do capital estrangeiro na economia brasileira.

No entanto, só era possível manter esta política entreguista camuflada pela Ideologia de Segurança Nacional através de um pretexto para ocultar a verdadeira intenção. Como pretexto foi adotada a onda anticomunista em voga nos países ocidentais. Para uma ação de enfrentamento dos “perigos” internos e externos, de uma forma mais coesa e eficiente, foi elaborado um plano que um dos maiores estrategistas da Doutrina de Segurança Nacional, o general Golbery do Couto e Silva, chamou de a “Grande Estratégia” ou “Estratégia Geral” (cf. ALVES, op. cit., 41). Este tinha a finalidade de coordenar *“todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à execução dos objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente. A essa estratégia se subordinam, pois, tanto a Estratégia Militar como a Estratégia Econômica, a Estratégia Política e uma Estratégia Psicossocial”* (ibid., p. 41).

A aplicabilidade desta “Grande Estratégia” requeria um Estado com plenos poderes para intervir na infra-estrutura da sociedade, regulando o mercado de forma a preservar os interesses do capital estrangeiro, e na superestrutura, criando um corpo teórico que justificasse esta ação e que deveria ser assumido por todas as instituições. Além disso, o Estado, com a colaboração de organismos internacionais, assume a tarefa de garantir todos os recursos necessários para a ação dos organismos de espionagem e de repressão.

Os mentores desta política tinham plena consciência do Estado autoritário e absolutista que estavam gestando, tanto que o general Golbery, ao se referir à Doutrina de Segurança Nacional, dizia que ela tendia a criar um Estado que ele denominava de *“O Estado Universal (...), o Leviatã supremo, senhor absoluto e o incontestável da Terra e do espírito humano”* (Apud ALVES, op. cit., 27).

Através da proteção do Estado, como “razão da história” (cf. RODRIGUES, 1987: 70), que tudo decide de forma absoluta, o modelo

econômico brasileiro após 64 tornou-se ainda mais discriminador: aumentou a concentração de renda, ampliou os bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos e acentuou ainda mais o arrocho salarial. Como os “antagonismos e pressões” sociais se constituíram numa anormalidade que a “Grande Estratégia”, através de uma série de mecanismos, deveria corrigir para preservar a “paz social”, não poderia haver, neste regime ditatorial, lugar para as manifestações políticas. Assim, toda oposição deveria ser eliminada, pois um Estado absoluto não admite a manifestação dos contrários. É fácil concluir que neste contexto não poderia haver espaço para a sociedade civil organizada. Os sindicatos, movimentos estudantis, associações, partidos políticos, etc, instrumentos de expressão da vontade popular, foram silenciados, ou o máximo que poderiam fazer era se restringir às atividades meramente assistencialistas. Portanto, este quadro revela que *“Não há lugar para o político, na medida em que não há possibilidade da expressão das contradições. Não há lugar para a inversão de competências, logo, na Universidade, não se faz política, não se questiona o modelo, não se discute a justeza das decisões. Igualmente não é lugar para expressar reivindicações inadequadas, como as ligadas ao salário. Questões de salário não são questões políticas, e sim questões técnicas, ligadas à relação produtividade/acumulação. Logo, sua decisão é igualmente técnica. Está a nível do planejamento. Logo, o sindicato deve cuidar das questões próprias ao interesse pessoal, humano dos seus membros; promover reuniões sociais, festivas, lazer, promoções culturais, etc.”* (RODRIGUES, 1987: 70-1).

Depreende-se, pelo que já foi exposto, que o modelo econômico do regime autoritário buscava: 1) impor um modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na dependência do capital estrangeiro; 2) aliar segurança Interna ao Desenvolvimento Econômico, o que resulta na necessidade do Estado impor uma política de controle sobre toda a sociedade, para evitar as manifestações contrárias a estas diretrizes e garantir um clima de “tranqüilidade” para os investimentos estrangeiros; 3) implantar políticas públicas como: infra-estrutura adequada para instalação de indústrias, incentivos fiscais, créditos especiais para empresários, melhoria dos transportes, investimentos na área energética, etc, para, evidentemente, atrair o capital estrangeiro; e 4) impor uma política de achatamento dos salários e criar mecanismos para evitar a revolta, enfim, o modelo econômico buscava criar condições favoráveis à acumulação de renda, impondo à classe trabalhadora os sacrifícios que esta política acarretava e garantir, por outro lado, o monopólio das empresas multinacionais na economia brasileira.

6 - RESPALDO “LEGAL”: A POLÍTICA DO TERROR

As constantes mudanças efetuadas na legislação brasileira depois do golpe de 64 (os Atos Institucionais - AI-1, AI-2, AI-3, AI-4, AI-5, os Atos Complementares, e outros), visavam adequar a constituição à realidade do Estado autoritário, criando, assim, um respaldo “legal” para efetuar as transformações necessárias ao modelo de desenvolvimento econômico dependente. Com estas iniciativas se instituiu um Estado centralizador, autoritário e se legalizam todos os aparatos coercitivos, eliminando-se as liberdades individuais.

A Ato Institucional nº 1 (AI-1), define, entre outras coisas, que a autoridade é “*decorrente não do povo, mas do exercício de fato do poder*” (Apud ALVES, op. cit., 56); centraliza todas as decisões no poder executivo, se sobrepondo ao poder Legislativo e Judiciário, tanto que “*É o Poder Executivo que ‘resolve’ manter a Constituição e o Congresso Nacional*” (Ibid., p. 56); criou o “Decurso de Prazo”, que considerava aprovados os projetos do Executivo se estes não fossem apreciados pelo Congresso num prazo de 30 dias; suspendia garantias de imunidade parlamentar, outorgando ao poder executivo o direito de cassar mandatos de políticos indesejáveis ao regime; estabelecia que inquéritos e processos seriam instalados “*visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de Atos de Guerra revolucionária*” (Apud ALVES” op. cit., 56), que ficariam sob a responsabilidade dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que foram instalados em todos os órgãos do governo, para descobrir elementos comprometidos com a subversão. Com estas normas, o AI-1 criou as condições necessárias para a implantação da “Grande Estratégia” da Doutrina de Segurança Nacional.

A ação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) nos órgãos oficiais que ficou conhecida como “operação limpeza”, se baseava, na maioria das vezes, em simples “*testemunho da opinião pública*” (ALVES, op. cit., 57), sem qualquer fundamentação jurídica. Esta prática acabou sendo um grande instrumento para os políticos ligados ao regime para eliminar os seus concorrentes. “*Os IPMs vieram também servir a interesses políticos locais. Certos políticos da UDN, que freqüentemente perdiam eleições, passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades ‘subversivas’, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada*” (ALVES, op. cit., 57).

Não demorou para esta “operação limpeza” ser também estendida à população com o uso da força. Exército, Marinha, Aeronáutica eram mobilizados para localizar e “varrer” todos os suspeitos de atividades subversivas; eram as operações “arrastão” e “pente fino”, *“Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida à busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas (...); permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar sua inocência ou apresentar documentos de identificação”* (ALVES, op. cit., 57).

A “operação limpeza” provocou uma verdadeira devassa: no poder judiciário, 49 juizes foram “expurgados”; no poder executivo, prefeitos e governadores foram cassados; no poder legislativo, as cassações provocaram uma sensível baixa na bancada oposicionista e um considerável aumento e fortalecimento da bancada pró-governo. As cassações se estenderam também às Forças Armadas, atingindo principalmente os militares que estiveram ligados aos governos anteriores; as universidades, quando invadidas, tinham seus reitores depostos e substituídos por interventores, que na maioria das vezes eram militares, e os professores cassados; a UNE foi o alvo preferido dos militares devido à sua ampla mobilização e influência política, o que resultou na sua extinção e na sua substituição pelo Diretório Nacional dos Estudantes, criado e controlado pelo Ministério da Educação; a “operação limpeza” também intervém nos sindicatos trabalhistas, depondo os seus dirigentes e aplicando, de forma rigorosa, as normas de controle da Consolidação das Leis do Trabalho, às quais os sindicatos estavam submetidos; estas eram heranças do Estado Novo; heranças que autorizavam a intervenção do Ministério nos sindicatos. Os sindicatos rurais, coordenados pelas Ligas Camponesas, que eram associações independentes que lutavam pela reforma agrária e por outros direitos dos trabalhadores rurais, foram totalmente desmantelados e seus líderes presos e acusados de atividades subversivas. A repressão ao movimento sindical foi tão grande que praticamente desestruturou todas as organizações sindicais e silenciou por um bom período as vozes dos trabalhadores, tanto que *“Durante o primeiro ano do Estado de Segurança Nacional, a ‘operação limpeza’ afastou membros de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações”* (ALVES op. cit., 70). As arbitrariedades não pararam aí, imprensa, músicas, filmes e peças teatrais foram censuradas. Segundo o jornal Folha de São Paulo, *“A publicação inglesa ‘Index On Censorship’ editada por uma organização independente que denuncia casos de violação à liberdade intelectual, estimou em 47 filmes, 117 peças teatrais, 400 livros e 840 músicas o número de obras censuradas entre março de 1979”* (27/03/94, Especial B, p. 10).

A ação do aparato repressivo não se limitava apenas à censura, a cassação e à prisão das principais lideranças dos vários segmentos da sociedade civil, mas submetia os presos à torturas ou simplesmente os fazia desaparecer¹.

A contradição entre o programa defendido pelas forças conspiradoras quando da tentativa de cooptação dos outros setores da sociedade e a aplicação das diretrizes da política da Doutrina de Segurança Nacional, que negava totalmente o programa que anteriormente havia defendido, fez com que vários setores da sociedade, que haviam apoiado o golpe, passassem para a oposição. As forças golpistas haviam anteriormente conseguido um certo consentimento da sociedade, formando com ela uma aliança em torno do interesse pela “normalidade” social, que foi rompida logo após a decretação do Ato Institucional nº 1. Nos anos subsequentes à decretação do AI-1, a oposição foi se acirrando de tal forma que o regime autoritário passou a conviver com constantes crises. As sucessivas mudanças na legislação (AI-2, AI-3, AI-4, AI-5)², tornam o Estado mais autoritário e centralizador, o que evidenciava a fragilidade do governo ditatorial.

Com estas modificações na legislação, o Estado, ao assumir um caráter absolutista, se transforma na “razão da história”, *“O Estado é o ser da razão, capaz de, com sua visão de totalidade, com sua capacidade onipresente, com a racionalidade absoluta de sua ação, assumir todos os problemas e abarcar todas as soluções (...) sua vontade tem de ser analisada como vontade de todos. Sua segurança é a segurança de todos. Sua razão é a razão de todos”* (RODRIGUES, 1987: 70).

7 - A CLANDESTINIDADE E A LUTA ARMADA

Diante desta “razão da história”, ou “Leviatã”, que tudo controla e reprime, muitos setores da oposição, no final da década de 60 e início da década de 70, não vendo outra saída para combater este “Demiurgo”, acabam optando pela luta armada. Por isso, muitos assumiram a clandestinidade e empunharam armas, formando inúmeros grupos armados, como: Aliança Libertadora Nacional (ALN), Ação populista Marxista-Leninista (APHL),

(1) Uma análise detalhada das práticas de tortura e o desaparecimento de presos políticos durante o regime militar encontra-se no livro “Brasil: Nunca mais”, publicado pela Editora Vozes.

(2) Para maiores informações sobre o conteúdo destes Atos Institucionais e suas consequências para o conjunto da sociedade brasileira, conferir as obras já citadas de René Dreifuss e Maria Helena Moreira Alves.

Comando de Libertação Nacional (COLINA), Organização Revolucionária Marxista Político-Operatória (POLOP), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e outros.

8 - A POLÍTICA DE “DISTENÇÃO” E DE “ABERTURA”

Quanto mais recrudescia a repressão, mais aumentava o movimento oposicionista. Os vários setores da sociedade lutavam pelo fim da ditadura, formando um bloco de resistência composto por sindicatos, movimentos estudantis, a oposição partidária agrupada no MDB (único partido de oposição permitido pelo regime), Igreja, OAB, etc. Este movimento foi aos poucos minando o poder dos militares que foram obrigados, a partir de 1974, com o governo do General Ernesto Geisel, através da política de “distensão” (a abertura lenta e gradual), a iniciar o processo de redemocratização da sociedade brasileira.

É bom ressaltar que esta política liberalizante e assumida pelo Estado a partir do projeto de política de “distensão” do governo Geisel, se deveu não só às pressões dos setores organizados da sociedade, mas também como uma necessidade para que o Estado pudesse recompor o seu poder que estava sendo minado pela oposição e, assim, preservar os interesses dos grupos que representava. A própria composição dos setores dominantes que controlavam o Estado também passa por uma mudança. Agora são integrados ao comando do Estado setores da burguesia que antes se encontravam aliçados do poder. No entanto, o comando da transição permanece sob o controle dos grupos hegemônicos. Há um vínculo de continuidade entre a “política de distensão” de Geisel e a “política de abertura” de Figueiredo, assim como há um vínculo de continuidade entre a “política de abertura” e as perspectivas de transição” com a derrota das diretas e a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. É a preocupação das elites em ter o controle da transição e, em última instância, do tipo de democracia que se imaginava possível para o país (cf. WEFFORT, 1986).

O cenário político brasileiro começou também a mudar com o surgimento de novas lideranças políticas e sindicais que desafiavam a ditadura militar e exigiam a aceleração do processo de abertura. Com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 e 1979, surge o sindicalismo combativo, liderado pelo operário Luis Inácio Lula da Silva. Esse tipo de sindicalismo viria, posteriormente, ocupar importantes espaços até então dominados pelo sindicalismo atrelado ao governo. Esta nova prática sindical

foi ampliada, estruturando-se nacionalmente com a criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), que passou a congregar e a orientar os sindicatos combativos.

O processo de redemocratização em curso se mostrava irreversível. Em 1979, o Executivo foi forçado a promulgar a Lei de Anistia e a Lei de Reforma Partidária, acabando com o bipartidarismo. Com isso, surgem novos partidos, Partidos dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), entre outros. Entrávamos, assim, num processo de reconstrução da democracia e da cidadania brasileira, que durante estes anos sombrios de ditadura foram completamente destruídas.

Concluindo, podemos dizer que a política do “Desenvolvimento com Segurança” das Estratégias do Estado de Segurança Nacional, para resguardar os interesses da burguesia nacional e do capital estrangeiro, impôs uma relação extremamente desigual entre capital e trabalho, os baixos salários, o desmantelamento dos sindicatos e a perseguição política durante o regime militar, são conseqüências desta relação desigual. O desemprego, a falta de perspectivas, a concentração de renda e o arrocho salarial em que os trabalhadores, hoje, estão submetidos, são as heranças deste período sombrio da história brasileira.

Quanto à ESG, esta continua a preparar militares e civis para as funções de direção e planejamento daquilo que sua doutrina estabelece como “desenvolvimento e segurança nacional”. A doutrina da escola não é cultivada apenas durante o período de formação regular, ela é perpetuada através da Associação dos Diplomados da ESG (Adesg) que tem como uma de suas funções ministrar cursos para oficiais e executivos. Outro fator importante é que, enquanto a ESG tem como função preparar assessores para o governo federal, a Adesg se incumbem de preparar e oferecer assessoria para governadores e prefeitos das capitais. O curso de “Altos Estudos” de política e Estratégia, um dos principais cursos da ESG, é destinado a formar exclusivamente assessores governamentais. Dos cem alunos matriculados em 1991, 70% são civis (cf. Jornal Folha de São Paulo, c. 1, p. 12, 25/07/91).

O dado mais importante é que, parece que a doutrina da ESG, que era assentada no binômio “segurança e desenvolvimento”, está sendo modificada. Segundo reportagem do jornal de São Paulo, “*Em 1985, o tema justiça social, antes presente na ESG de forma apenas subsidiárias, foi incorporado ao manual da escola como um dos fundamentos de sua doutrina*” (cf. Jornal Folha de São Paulo, c. 1, p. 12, 27/07/91). O próprio desembargador Antonio Arruda um dos conselheiros da ESG, declarou em entrevista, que “*a justiça social não apenas complementa a paz social e a*

democracia, mas adquire conteúdo autônomo integrando-se à segurança e ao desenvolvimento” (ibid, p. 12). Parece que depois da perseguição e o combate à suposta influência comunista no Brasil terem se esgotado, a ESG inclina-se a eleger a justiça social como a nova doutrina da escola.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. ALVES, Maria H. Moreira. Estado e oposição no Brasil 1964-1984). Petrópolis, 1981.
2. DREIFUSS, René Arnoud. 1964: a conquista do Estado-ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: 1981.
3. Jornal “Folha de São Paulo”, c. 1, 25/07/91.
4. Cad. Especial B, 27103194.
5. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
6. RODRIGUES, Neidson. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
7. WEFORT, Francisco. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLEPTOCRACIA

Maria Lúcia Victor BARBOSA

Para o grande pensador mexicano Octávio Paz, o que caracteriza o terceiromundismo não é apenas a renda por habitante, o atraso tecnológico, a natureza das relações mantidas com os países ricos. O que caracteriza o Terceiro Mundo antes de mais nada é seu sistema político, onde prevalece a hierarquia sobre o talento, a ignorância dos direitos do homem, o desprezo pelo indivíduo. Além disso, os países do Terceiro Mundo possuem uma característica marcante: a corrupção pública. Ou como disse o economista inglês Peter Bauer: são países cujo regime político é a cleptocracia - o roubo político pelas classes políticas.

Infelizmente, o Brasil é bem marcado por essa característica. E se ela é tão antiga quanto a humanidade, se existiu em todas as sociedades e em todas as épocas, no nosso caso assume características peculiares que devem ser buscadas no passado para serem melhor compreendidas. Esse esforço histórico e analítico, já empreendido por diversos autores, volta a ser feito pelo professor da Universidade Estadual de Londrina, Antônio Frederico Zancanaro, com precisão e substância.

Em **A corrupção político-administrativa no Brasil**, tese de mestrado transformada em livro, o professor de filosofia propõe ao leitor um estudo sobre a moralidade pública e pesquisa, do período colonial até a independência, as raízes dos antivalores a nós legados e assimilados ao longo de séculos. Assim procedendo, procura demonstrar como o conceito de Max Weber sobre patrimonialismo, ou seja a falta de fronteiras entre as esferas pública e privada, sempre funcionou no Brasil, onde governantes administram a coisa pública como se fosse sua própria casa, estando aí uma das fontes da corrupção.

Observa, porém, o professor, que a corrupção no nosso país “possui caráter estrutural e não conjuntural” e, assim sendo, afirma: “Movimentos destinados à moralização das instituições públicas têm-se sucedido ao longo da história política brasileira, sem, contudo, lograrem

sucesso. Revoluções têm sido deflagradas, eleições levadas a efeito, importantes personalidades da vida intelectual, empresarial, artística e religiosa têm levantado suas vozes, reformas administrativas têm sido ensaiadas, CPIs têm sido instaladas, mas os resultados efetivos têm-se mostrado imperceptíveis; sem falar que bem-intencionados homens públicos têm-se sucedido no poder e, nem por isso, a mentalidade e os métodos de condução da coisa pública têm sido aprimorados. Ao contrário, a gama de antivalores morais no trato com os bens públicos tem adquirido formas cada vez mais sofisticadas ante as renovadas e peculiares circunstâncias de cada momento histórico e político. Grande número de novos dirigentes políticos e muitos de seus auxiliares - alheios aos princípios éticos propalados em discursos de campanha eleitoral - têm-se portado, junto aos órgãos diretivos e às funções públicas, como se estivessem administrando seus negócios privados”.

Preocupado com esse tipo de questão - que se interliga a outras que estimulam a corrupção, tais como: o empreguismo no setor público, o caráter casuístico das leis, a impunidade dos delitos, etc. - e depois de uma cuidadosa análise, Zancanaro aponta o que seria necessário para combater a corrupção: “Educação para a cidadania: eis o caminho a ser trilhado com urgência pela sociedade brasileira, se quiser vencer o estigma da corrupção”.

Tem razão nesse sentido mestre Zancanaro, e sua obra merece ser lida, pois ela ajuda a nos conhecermos melhor enquanto Nação e, sem nos conhecermos não poderemos superar nossos problemas. Além do mais, como disse Gunnar Myrdal: “É mais fácil governar um povo ignorante”. Na verdade, precisamos no Brasil de uma educação para a cidadania, assim como de uma educação que possa acompanhar o atual avanço do conhecimento mundial. Isto daria ao povo melhores condições de trabalho e, portanto, de prosperidade, sendo que uma Nação próspera tende a diminuir seus níveis de corrupção, porquanto eliminá-los completamente é impossível. Enquanto houver no Brasil uma política da pobreza, haverá também uma cleptocracia. E disso precisamos nos livrar. Nem que tal esforço seja tarefa de gerações.

"A FACE TRÁGICA DA ARTE"

Mario PIRES

O ilustre autor do livro cujo título ensina estas notas, o acadêmico David Antunes, faleceu em novembro de 1969, com 78 anos, em pleno vigor literário. Deixou um romance inédito, a **História de Linda Luz**. Foi um dos grandes romancistas do século, editado por importantes editoras, como Saraiva, Martins, Ariel e outras.

Festejado pelos mais renomados críticos, como o demolidor Agripino Grieco, não teve, porém, o merecido renome entre os meios literários do país. Porque, além de não se interessar pelo sucesso, adotou, em quase toda a sua obra um pseudônimo suigeneris, que muito o prejudicou, como sempre lamentava, em seu jornal literário, "Letras da Província", seu editor e intelectual de Limeira, João de Sousa Ferraz. O pseudônimo: "Iago Joé"!

Ocupante da Cadeira Nº 31, na qual foi recebido pouco depois de fundada a Academia Campinense de Letras, aposentou-se no Banco do Brasil, no alto cargo de Inspetor. Os traços predominantes de David Antunes eram sua irradiante simpatia, grande perspicácia, humanismo, notável senso de humor o toque clássico do verdadeiro "causeur". De alta estatura, imponente nos seus metro e oitenta, rosto de traços perfeitos, másculo, salientando-se a vasta cabeleira alva. Trajava esportivamente, sem vaidade, inimigo da ostentação. Era assim, à vontade, que recebia os amigos e alguns confrades da Academia, nos sábados à tarde, na casa onde residia, com a sobrinha querida. A modo do núcleo carioca do "Octium cum Dignitatis" e do famoso "Sabadoyle", do escritor e bibliófilo Plínio Doyle, nessas sabatinas vespertinas, David nos recebia para a prosa descontraída e o saboroso cafezinho.

Educação de escol, David ouvia atentamente as idéias e opiniões dos circunstantes, ora aprovando-as, ora divergindo, mas sempre atento às opiniões inteligentes e eruditas. Mas, o que mais o incomodava e não perdoava, era a burrice. O círculo era reduzido. Quando "não ia com a cara"

dum visitante, ansioso por conhecê-lo e, geralmente, levar-lhe um livro de sua autoria, para o parecer, recebia-o, como a todos - cortezmente - mas não lhe dava chance de voltar. Ficamos muito feliz e vaidoso por lhe ter sido recebido sempre com simpatia e atenções. Sinal de que - modéstia à parte -, a burrice passou longe deste narrador...

Sua biblioteca era vasta e muitas obras raras; patriota sincero e convicto, David gostava do nosso folclore e o autor predileto e admirado, era-lhe o saudoso Luís da Câmara Cascudo, de quem possuía todas as obras.

Embora auto-didata, tinha grande cultura e cultivava a filosofia e a psicologia. Em 1960, surpreende e irrita os artistas plásticos, com a sua obra **A Face Trágica da Arte**, na qual tenta provar que a Arte nada mais é do que uma válvula de escape para as frustrações de seus prosélitos.

Foi lembrando esse livro e as idéias do autor, que me interessasse pelo estudo do conceituado professor Artur de Almeida Torres, que vim a reler no número 78, da "Revista da Federação das Academias de Letras do Brasil", de 1971 e que, de certo modo, vêm ao encontro das idéias de David Antunes.

"Alguns representantes da nova crítica (New criticism), - inicia o autor -, inspirados nas idéias de Aristóteles, consideram a obra de arte como entidade autônoma, inteiramente desligada de seu autor. Entre os elementos subsidiários da crítica, situa-se, como um dos mais importantes, a técnica psicanalítica de interpretação, porque só ela nos ensina a mergulhar no mundo interior do artista, onde vamos encontrar os fundamentos misteriosos do fenômeno da criação de arte. **O artista se liberta de seus conflitos íntimos graças à sublimação, à transferência ou à compensação, realizadas através de sua obra (catarse).**

No dizer de Tarso da Silveira, **na obra de arte se projeta a personalidade do artista, suas mais secretas volições, seus obscuros e mal percebidos instintos, seus enigmáticos recalques.** As mentalidades arejadas da maioria dos críticos já vão compreendendo melhor e sentindo a importância da contribuição da psicanálise ou da psicologia de profundidade. Fica assim demonstrada, em rápidas pinceladas, a importância da contribuição psicanalítica para a exata compreensão da obra de arte".

Todas essas considerações, batem fidedignamente com as idéias expandidas por David Antunes em seu controvertido, mas inteligente livro.

Espírito perquiridor e desassossegado, David Antunes, depois de muito matutar, concluiu que a "arte era uma válvula de escape para o espírito atormentado de seus executores".

Entusiasmado com a sua tese, depois de muita discussão transcendental com vários amigos e alguns artistas de nomeada, esparrama toda a sua tese no livro que viria escandalizar e irritar nomes famosos, principalmente na pintura, o “A Face Trágica da Arte”.

A 2ª edição do livro tem para nós um significado especial e um valor sentimental imenso, de nosso antecessor na Academia Campinense de Letras. David entregou-nos o volume na primeira visita que fez em nossa casa, com a dedicatória: “Ao Mario Pires, recordação de minha primeira visita - Campinas, 16/9/1962”.

Impresso, como os últimos livros, na gráfica “Letras da Província”, de seu grande amigo e admirador, João de Sousa Ferras, de Limeira, esta é a segunda edição, de 1960. A primeira saiu em 1952, suscitando, de imediato, o interesse do redator da “Folha da Manhã”, Cleret Costa, que começou a cotejar a tese de David, com as opiniões dos psiquiatras Carvalhal Ribas e Aníbal Silveira, psicanalistas Darcy Uchoa e Virginia Leone Bicudo, pintor Flávio de Carvalho, compositor H. J. Koellreuter, crítico de arte, e professor de direito Mota Filho, poeta Oliveira Ribeiro Neto, psicólogo e catedrático de medicina Raul Briquet, ator Ziembinski e escultor Bruno Giorgi, todos, naturalmente, contrários ao autor!

“Muito respeitável é, para mim, a opinião dos meus ilustres opositores. Mas estou certo de que eles me elevarão a nota zero, que me deram, a sessenta pontos, pelo menos quando conhecerem o tema na íntegra.” - afirmou, dias depois, nosso saudoso amigo.

“O mais curioso - prossegue - é que dois citaram Goethe como exemplo de equilíbrio. Mas, santo Cristo! Com o seu “Werther”, Goethe ocasionou uma epidemia de suicídios por toda a Europa e originou várias associações para supressão da vida. Normal esse homem que fazia apologia da loucura? Também nomearam Bach, Mozart, Brahms, como homens normais. Mas teria sido bem vasculhada a vida íntima desses Titãs da música? Em suma, não encontro motivos para reformar meu juízo acerca de artistas. Para ser franco, gostaria que ninguém se colocasse ao meu lado na questão. Mas o caso é que todos, a quem falo de tese, aduzem exemplos, próprios ou alheios que a ilustram lindamente.”

O que Gênio? David afirma: “Elemento intermedial no homem propenso à loucura, a arte é a válvula de escape ou de segurança dos psiquicamente desajustados para que não percam o pé na realidade e não acabem no hospício. Daí decorre o corolário de, que o homem equilibrado não pode ser artista. Charles Mauraix extraiu o argumento de que arte é o

antídoto do suicídio e a única tábua de salvação do homem a ela predestinado. Um exemplo para ilustrar este capítulo será, em nosso minúsculo mundo literário, a figura máxima do romance nacional - Machado de Assis. Mulato, gago e epilético, entre atirar-se de um terceiro andar sobre o seu desespero e ir para a rua anunciar o seu casamento com uma princesa da Abissínia, preferiu ser escritor. E, mercê do mulatismo, da gagueira e da epilepsia, pode o Brasil ufanar-se de possuir um dos mais resistentes pilares da literatura universal, se admitirmos, com Lúcia Miguel Pereira, ser Machado o único escritor, no setor ficção, susceptível e subtrair-se ao critério relativista da crítica no que respeita aos nossos autênticos valores”.

David Antunes, nas 50 páginas de seu livro, cita inúmeros artistas famosos, provando, através de sua vida atribulada, quase todos gênios, serem anormais, do ponto de vista do equilíbrio mental. Para reforçar o que David Antunes deixou em seu livro, lembramos que o escritor Fonseca Pimentel, em seu ensaio “A Presença Alemã na Obra de Machado de Assis”, anos depois, afirma, como o saudoso romancista campineiro: “A “epidemia” de suicídios desencadeados na Europa, pelo romance epistolar de Goethe, o “Werther”, ou “wertherite”, como chegou a ser denominada, simplesmente correu mundo. Machado de Assis dá uns toques por assim dizer goetheanos, no seu romance “A mão e a luva”, quando o personagem da estória comunica que vai se matar”.

Apesar das veementes opiniões de tantas personalidades, como vimos linhas acima, no correr dos anos, outros nomes consagrados esposaram a corajosa tese de David Antunes, cujo livro, que suscitou tanto alvoroço e até indignação, continuará sendo obra de consulta permanente e consagrada. Endereço para correspondência: Rua Bernardo José Sampaio, 286 - CEP 13.020-450 - Campinas.SP.

DISCUTINDO A HISTÓRIA E O HISTORIADOR

Rui Ribeiro de CAMPOS

Se os fatos históricos não se repetem, a História não pode ser considerada uma ciência pois são irrepetíveis e, portanto, não sujeitos à verificação. Se não se repetem, não há como explicá-los e nem como prever o futuro, somente sendo possível uma interpretação subjetiva. Assim não há leis na História e sem elas não pode ser considerada uma ciência.

O objeto da História são os fatos singulares do passado. Sendo do passado, não são mais reais, são “fatos do pensamento” e portanto, subjetivos, criados pelo historiador. Todavia, como tudo o que existe é produto do espírito e o espírito só existe no presente, toda História é atual, contemporânea.

Na História, assim como nas ciências da natureza (como prova o Princípio da Complementaridade, descoberto por Bohr, segundo o qual, dependendo do contexto, um elétron pode ser considerado como onda ou como partícula), não há condição de objetividade: ao escolher uma observação, esconde outra. Como o historiador é obrigado a realizar opções, sempre deixa algum acontecimento de fora. E é, ao mesmo tempo, marcado por sua sociedade, sua nacionalidade, sua religião, etc., não podendo ter “olhos objetivos” e modificando o fato, como Xenofonte já o fez ao transformar “uma fuga desenfreada numa retirada estratégica”.

A realidade social é mutável; porém estas mudanças são regidas por leis cognoscíveis que explicam tanto a gênese de um sistema social como sua transformação e transição para um novo sistema. Há uma História feita de lutas sociais, travadas “dentro de uma delimitação estrutural que é produto da história anterior” pois cada novo elemento que surge deriva da resolução de uma contradição que “retém algumas das qualidades dos elementos contrários que entraram em luta e assim o geraram”. A história não é só uma ciência mas também a maior delas.

Como vimos, ainda que superficialmente, história é um termo polissêmico, inclusive no plano das concepções a respeito dela. Com o

objetivo de provar que não existem grandes obstáculos para que “a História possa ser uma ciência”, (apesar de ainda hoje ser uma disciplina, é “cada vez mais uma ciência”) e de orientar o pesquisador dessa área, **Ciro Flamarion S. Cardoso** escreveu **Uma Introdução à História** (São Paulo: editora Brasiliense, 142p.).

Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu em 1971 o doutorado na Universidade de Paris X (Nanterre). Pesquisador e professor em vários países, **Ciro Flamarion S. Cardoso** publicou vários livros como **La história como ciência** (San José, 1975), **História económica da América Latina** (2 vols., Barcelona, 1979), **Agricultura, escravidão e capitalismo** (1979), **América pré-colombiana** (1981), etc.

Uma Introdução à História é dividido em três partes. Na primeira (Será a História uma ciência?) discute o conceito de ciência, a polissemia do termo e da concepção de História, e sua evolução moderna como disciplina. Analisa as principais escolas e suas conseqüências na ação do historiador, alertando que a História não é individual e sim coletiva, e que as outras ciências, que também são históricas, são do mesmo modo falíveis. Os resultados das ciências naturais são históricos, sendo infinito o objeto de conhecimento (e, por conseguinte, o conhecimento do objeto), mesmo se considerarmos como objeto a totalidade do real.

Na segunda parte (O método científico em História) analisa o método da crítica documental erudita (História tradicional), redefine o método científico, suas tarefas e seus problemas, em História e conclui analisando algumas dificuldades no “caminho da construção da História como ciência” decorrentes “em boa medida de uma visão não teorizada da totalidade social”.

A última parte (Os passos da pesquisa histórica) é uma unidade mais voltada ao futuro pesquisador, explica, do projeto à síntese, como se elabora uma pesquisa. É um texto didático, fundamental para alunos em final de curso e que já pensam em realizar pós-graduação. Faz aqui para o historiador o que **Antonio Joaquim Severino**, em “Metodologia do Trabalho Científico” (**Cortez & Moraes**, 1975) realiza para o trabalho científico em geral.

Procura deixar claro que “as sociedades humanas não são um amontoado de elementos desconexos, e sim totalidades organizadas...” (p. 94), que a História é a ciência das transformações sociais no tempo, uma “iluminação do presente” (**Lucien Febvre**) e não mais “uma necrópole

adormecida pela qual só passam sombras despojadas de substância". (p. 118) Agradece a Marx e Engels pelo legado do materialismo histórico, embora sua posição seja mais próxima do heterogêneo "grupo dos Annales" (História Nova), que concebe a História-problema (no lugar da História-narração), insiste nos aspectos sociais, na "ligação indissolúvel e necessária entre presente e passado" e no debate permanente com as outras ciências sociais. O autor, porém, dá mais atenção ao problema da cientificidade, da metodologia que à questão ideológica.

Apesar do caráter propedêutico, o livro poderia ter analisado melhor a função política da "velha história", os perigos da quantificação (o faz mas brevemente), o método comparativo, além de algo sobre historiografia brasileira, ausente no texto. E, como o próprio autor reconhece (p.117), deveriam ser melhor trabalhadas as categorias de espaço e tempo.

Positivas, entre outras, a existência de um glossário e a recomendação das leituras no fim de cada capítulo. Muito importante também (principalmente após os estragos realizados na década de 1970) a defesa do "compromisso ineludível" do historiador brasileiro "com a sociedade na qual vive e age", caracterizada pela dependência e por desigualdades; daí a ênfase no social em busca de uma contribuição para a superação da situação vigente.

A ARQUITETURA BARROCA EM SÃO PAULO NO SÉCULO XVIII: ALGUNS EXEMPLOS

Duílio BATTISTONI FILHO

Pode-se afirmar que o barroco alcançou em São Paulo o mesmo esplendor de outras regiões brasileiras, especialmente Minas Gerais? Certamente que não. Entretanto, São Paulo apresentou magníficos exemplos de arte barroca comprovada em numerosos templos espalhados nesta região.

São Paulo nas primeiras centúrias coloniais, foi uma região extremamente pobre, isolada e quase despovoada já que os seus habitantes, notadamente os homens, estavam mais interessados em participar das bandeiras de caça ao índio e na busca de metais preciosos do que cultivar uma lavoura de subsistência.

Os paulistas pagaram o preço da miséria e da riqueza. A miséria ocasionou as construções precárias de taipa de pilão, que ruíram. A riqueza causou o mesmo efeito. O progresso urbano, incompatível com vielas estreitas e tortuosas, bloqueadas pelas numerosas igrejas, determinou a demolição desses templos. Poucos exemplares de edificações religiosas setecentistas escaparam à voragem de demolições provocada pelo grande surto de urbanização de nosso século.

Estudando magistralmente os retábulos jesuíticos do Embu, São Roque, Voturuna e do Colégio de São Paulo, Lúcio Costa chega à conclusão que somente dois exemplos são dignos da arte barroca paulista, no seu entendimento. São eles os dois retábulos da capela de Nossa Senhora da Conceição de Voturuna (Santana do Parnaíba) e o de Santo Antonio, em São Roque. Respeitamos o seu ponto de vista. Contudo, outros exemplos de arte barroca são dignos de estudo, como veremos adiante.

O grande século para a arquitetura em São Paulo foi o XVII. São desta centúria construções que, por seu caráter, podem se ombrear com as melhores do Brasil. Apesar da impressionante sobriedade, rudeza e ajuste estrito aos programas construtivos, são surpreendentes o acerto de proporções e o apuro de alguns detalhes.

As construções desta época dividem-se em dois grupos distintos: as do litoral e as do planalto, compreendendo, estas, as de origem missionária - igrejas, capelas e residências, tanto as rurais como as urbanas. As edificações do litoral era de material mais duradouro - a alvenaria de pedra e cal; as do planalto, de material mais rude - a taipa de pilão que perdurou até o século XIX, limitando completamente o desenvolvimento da arquitetura. Entretanto, graças ao extraordinário esmero de construção e aos cuidados com a técnica de execução, subsistiu grande número de edificações do planalto, hoje satisfatoriamente restauradas.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, nos últimos anos do século XVII, para lá afluíu, em grande quantidade, gente de diferentes procedências, sobretudo da Bahia, de São Paulo e da Metrópole.

Derrotados nas lutas chamadas de emboabas, os paulistas acabaram por abandonar as minas. Poucos anos depois, a Província de São Paulo foi subdividida, dando lugar à criação da Província de Minas Gerais. Tais ocorrências determinaram, na primeira metade do século XVIII, uma forte estagnação e até declínio econômico-social no planalto paulista e em toda a Província, embora os paulistas se tivessem lançado, depois às descobertas das minas de Goiás e Mato Grosso.

O despovoamento das terras paulistas e o afastamento dos caminhos do ouro que de Goiás e de Minas iam ter obrigatoriamente ao Rio de Janeiro, porto de embarque para o Reino, determinaram, tanto no litoral quanto - e principalmente - no planalto, uma profunda depressão sócio-econômica, só superada no século XIX com o cultivo do café.

Desde o início dos setecentos, verificou-se no litoral norte de São Paulo - em São Sebastião, Ubatuba, Ilhabela - a afluência de numerosos indivíduos oriundos de Portugal com a intenção de aí esperar ocasião propícia para atingir clandestinamente as minas e, também contrabandear o ouro, desviando-o do controle de Metrópole. Conseqüentemente, ocorreu aí algum progresso que deu origem ao desenvolvimento da cana e aparecimento do engenho de açúcar. Nessas regiões ocorreu uma solução nova na arquitetura paulista com o emprego de estruturas de madeira e paredes de pau-a-pique nas casas de engenho. Tanto estas edificações quando o sobrado nobre setecentista, ainda existente em São Sebastião, ligam-se diretamente à arquitetura portuguesa ou à do Rio de Janeiro.

Incontestavelmente, nos meados do século XVIII, com o plantio da cana-de-açúcar no planalto, verificou-se, aí, certa prosperidade, principalmente em Campinas, Itu, Sorocaba, Porto Feliz e Santana do

Parnaíba, o que propiciou o aparecimento de edificações residenciais urbanas e, sobretudo, de construções religiosas. Mas a timidez diante dos gastos fez com que não aparecessem grandes igrejas barrocas.

A arquitetura e as demais artes no Brasil, especialmente em Minas Gerais, chegaram, no século XVII, a um grande desenvolvimento. Criaram-se mesmo soluções próprias de planta e estilo desligadas, até certo ponto, das influências lusas. Em São Paulo, entretanto, praticamente nada se fez que representasse novidade. No planalto e em Santos foram edificadas algumas igrejas conventuais de ordens terceiras, principalmente carmelitas e franciscanas, mas são nítidas nestas construções as influências de Minas e do resto do Brasil. Uma particularidade nos chama a atenção: nas capelas paulistas não predominam as obras de talha e sim pinturas ornamentadas em tábuas.

A igreja de Nossa Senhora do Carmo e a Matriz de Nossa Senhora da Candelária, ambas em Itu, a igreja da Ordem Terceira Carmelita, de São Paulo, as igrejas do Convento e a da Ordem Terceira do Carmo, de Santos, e as de Mogi das Cruzes, deformadas por modificações ou acréscimos, apresentam alguns elementos de real interesse, como as talhas dos altares-mores da Matriz de Itu e da igreja conventual carmelita de Santos, parecidas entre si. Igualmente dignas de apreço são as pinturas que revestem quase todas essas igrejas, nos tetos e, em painéis, nas paredes. Dentre todas, sobressai a do teto da capela-mor da matriz ituana, semelhante às pinturas rococós mineiras. Os painéis desta igreja foram pintados pelo padre Jesuino do Monte Carmelo. Também de sua lavra são as pinturas da Ordem Terceira do Carmo em São Paulo.

A igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, no tradicional Largo de São Francisco, está muito ligada à história da cidade de São Paulo, sendo a mais conhecida e a mais venerada pelos paulistanos. Suas paredes remontam no início de sua construção em 1644. Distingue-se por sua planta em cruz latina, com cruzeiro de forma octogonal, coberto por cúpula. Em uma das capelas do transepto está o altar da edificação inicial, cujo retábulo abriga, ao lado de anjos barrocos, uma imagem de Santo Antonio de Categeró, preto franciscano de origem africana muito cultuada pela população.

O Convento e a Igreja de Nossa Senhora da Luz, em São Paulo, foram iniciados em fins do século XVII, ampliados no século seguinte sob a administração de frei Galvão e concluídos no século XIX. Possui a Igreja dupla fachada, uma das quais, com pórtico de entrada - galilé - aberto em três arcos, encimada por sineira. A Igreja, de partido centrado, apresenta-se com nave de forma octogonal. Em 1970, sob a assistência técnica do SPHAN, o

Conselho Estadual de Cultural promove a restauração do prédio. Nesse ano, por decreto de 28/10/69, foi instalado na ala esquerda já restaurada, o Museu de Arte Sacra. A capela de Nossa Senhora do Pilar, em Taubaté, edificada por volta de 1732, segue também partido centrado com nave octogonal.

No litoral norte paulista, no Município de Ilhabela, ainda existem alguns dos pequenos engenhos datados dos últimos anos do século XVII e do seguinte. Entre eles acham-se inventariados o Engenho de Santana, o Engenho de São Matias e o Engenho d'Água, este o mais bem conservado. São edificações com estrutura de madeira e paredes de pau-a-pique, assobradados, com amplas varandas nas fachadas principais, semelhantes a outras construções rurais brasileiras. Diferenciam-se, no entanto, de quase todas as demais pela característica rara de apresentarem, conjugados, em uma única edificação, a cada morada, a capela doméstica, a casa de engenho e os depósitos. Edifícios excepcionalmente bem proporcionados, são admiráveis, pelos contrastes entre os vãos e os planos da parede e pelo jogo de planos dos telhados.

O quadro econômico, social e demográfico da Província de São Paulo, que conservava praticamente inalterado até meados do século XIX, só atingiu estágio mais elevado quando o café alcançou e por fim dominou as terras daquela província. Em pouquíssimo tempo muda, de forma impressionante o panorama social e arquitetônico paulista. Entretanto, o conjunto da arte religiosa dos séculos XVII e XVIII em São Paulo reuniu não só uma imaginária inicial, original como peculiar e bela. Sem atingir os ápices artísticos de Minas Gerais, na modéstia de seu isolamento e pobreza, deixou-nos certamente um resíduo, cuja participação popular foi assim mesmo próxima do erudito.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

MAQUIAVEL E O MAQUIAVELISMO

Conde Emmanuel de BENNIGSEN*

Existem certo epítetos que, inventados há séculos não perdem o caráter errôneo, embora a exegese histórica tenha estabelecido, há muito, sua inexatidão, assim como existem reputações históricas que não correspondem absolutamente aos fatos reais. Um exemplo destas reputações é oferecido por Lucrecia Borgia, mulher tida como incestuosa e criminosa, e da qual se afirma atualmente não haver sido culpada nem de uma nem de outra coisa; quanto aos epítetos não correspondentes à verdade, pode-se citar o "maquiavelismo", ou "política desprovida de consciência e de boa fé", segundo determina o Larousse. Esta política desonesta existiu em todos os tempos. Encontram-se exemplos desde a origem da humanidade, em Homero, e mesmo a Bíblia nos oferece muitos deles. E até nos dias correntes vemos o epíteto de maquiavelismo atribuído quase diariamente e muitas vezes com razão aos homens de Estado dos diferentes países.

Maquiavel, porém, contemporâneo dos Bórgias, modesto italiano pelo seu berço e pela situação que ocupou, não é, em todo caso, nem o criador dessa política e, em certo grau, nem mesmo seu defensor absoluto. Filho de seu século, vendo à sua volta apenas crueldades, crimes de toda sorte e sobretudo estupidez, muito fraco e insignificante por si mesmo para mudar o curso da História pôde somente sonhar com uma época melhor. Seu ideal era a república romana dos primeiros séculos e, no fim da vida, aconselhar aos Medicis uma conduta que, nas condições do seu tempo, era a mais apropriada para proporcionar felicidade ao país. Maquiavel estava imbuído

(*) Nobre russo exilado pela revolução de 1917, o Conde Emmanuel de Bennigsen radicou-se em São Paulo, onde viveu até o seu falecimento. Colaborou, com muita freqüência, em "O Estado de S. Paulo", no qual tratava de temas de grande interesse relativos à literatura, história, política, etc. O artigo que aqui se transcreve foi publicado em "O Estado" no dia 16 de junho de 1940. Apesar de seus 55 anos, não perdeu o interesse, como o leitor o verá. (Nota da Redação).

da filosofia do seu século; ser-lhe-ia impossível escrever outra coisa a não ser o que chegou até nós com seu nome. Deve-se, ao contrário, admirar que as desgraças por ele sofridas não o tenham impedido de conservar sempre certo idealismo.

Nicolau Maquiavel nasceu em 1468, de antiga e abastada família burguesa, que deu a Florença, durante dois séculos, muitos funcionários. Viu a luz no período mais dissoluto, quando Lourenço de Medicis afirmava que com “pane e feste tengono il popolo quieto”. Viu também a época do rigorismo de Savonarola, de quem escreveu mais tarde que “de um homem tão grande só se pode falar com respeito”. Nada se conhece, entretanto, sobre Maquiavel durante esse período. Aos 23 de maio de 1498, Savonarola foi queimado vivo e, a 15 de junho do mesmo ano, Maquiavel foi eleito primeiro secretário do governo que dirigia a república florentina. Ocupou-se, então, sobretudo, dos negócios diplomáticos e militares, sendo enviado em missões fora do país, trinta vezes, durante os quatorze anos que esteve nesse cargo. Florença era um pequeno país que dispunha apenas de uma única força, a da sua riqueza, a qual lhe permitia comprar o auxílio dos vizinhos armados. Não possuía exército próprio (é verdade que os outros Estados italianos geralmente também não o tinham) e contentava-se em comprar o auxílio dos “condottieri”. Estes mercenários, porém, só eram fiéis quando bem e regularmente remunerados e, à menor dificuldade financeira dos seus senhores, estavam prontos a abandoná-los ou mesmo a traí-los. Havia-os em massa, pois sua profissão era relativamente bem paga, as pilhagens proporcionavam abundante presa, não tinham necessidade de trabalhar e o perigo de morte era mínimo, uma vez que as batalhas de que falam os cronistas da época terminam quase sem efusão de sangue. Maquiavel via claramente os defeitos de tais mercenários, tornando-se partidário convicto de um exército nacional regular. Mais tarde, tentou organizar um em Florença, não obtendo êxito porque era mau organizador e porque seus compatriotas preferiam o comércio às armas. Retomou essa idéia, posteriormente, em suas obras literárias.

As missões diplomáticas de Maquiavel coincidiram com a luta de Florença contra Pisa e com as invasões da Itália pelos franceses de Luís XII e pelos espanhóis. Foi também ao tempo em que o papa Alexandre VI planejava formar um Estado poderoso na Itália Central para seu filho César Bórgia. Florença encontrava-se, portanto, entre forças muito superiores às suas e só sua própria diplomacia a salvou. Maquiavel foi enviado a negociar, com cada um dos potentados do seu tempo e a correspondência escrita por ele ao seu governo prova que era dotado de espírito fino e clarividente. De todos os homens por ele visitados o que lhe deixou mais forte impressão foi

César Bórgia. Dizia-se que o papa Alexandre Bórgia “não fazia jamais o que dizia” e que seu filho, ao contrário, “não dizia jamais o que fazia”. Era, portanto, bem difícil Maquiavel penetrar nos planos do jovem conquistador; de qualquer forma, o governo ficou satisfeito com os resultados obtidos por Maquiavel junto a César. Este, conforme os juizes atuais, não passou de um monstro; o ambiente em que vivia, no fundo, não era melhor. Não é de admirar, portanto, que Maquiavel não reprovasse sequer o pérfido assassinio, em Sinigaglia, no ano de 1507, dos Vitali e Orsini, aos quais César pretendia arrebatara os feudos, assassinios esses quase testemunhados por ele.

Maquiavel tornou a encontrar César Bórgia em Roma, para onde foi enviado após a morte de Alexandre VI, a fim de apoiar a eleição à Santa Sé de um candidato favorável a Florença. César, porém, estava doente devido ao mesmo envenenamento que lhe matara o pai, e, portanto, inativo, o que acarretou sua perda, que Maquiavel parece ter deplorado sinceramente.

*Maquiavel conheceu muitos outros estadistas. Durante suas missões esteve nas cortes de Luís XII e do imperador Maximiliano, viu o papa Júlio II e Carlos de Bourbon, tratou com o Conselho de Veneza, mas ninguém lhe deu mais forte impressão do que a que recebera de César Bórgia. Deve ser este o motivo principal da influencia da política desse aventureiro no maior livro de Maquiavel. Pode-se dizer que certas páginas do seu Príncipe são o retrato vivo de César. Maquiavel continuou a servir à cidade até 1512, quando ela foi conquistada pelo papa e pelos espanhóis, sendo entregue aos Medicis. Perdeu, então, o cargo e, um ano depois, aparecendo seu nome em uma lista feita por um conspirador, foi mesmo preso e submetido a torturas. Libertado, permaneceu durante sete anos em sua pequena propriedade de campo em S. Casciano, e foi então que escreveu suas obras mais importantes. Além de trabalhos políticos e históricos escreveu também, durante esse tempo, uma comédia **Mandragora**, que obteve grande êxito. Depois de 1520 recomeçou a receber pequenos encargos (em Lucca, em Veneza) e, em seguida, o encarregaram dos trabalhos de fortificação de Florença. Não conseguiu, entretanto, recuperar o antigo prestígio. Os Medicis também o encarregaram de escrever uma história de Florença, o que ele executou, levando sua descrição até a morte de Lourenço, o Magnífico. Mas tal história, muito lisonjeira para os Medicis, tirou-lhe as simpatias republicanas e, quando em 1527, os Medicis foram banidos de novo, Maquiavel não conseguiu dos republicanos nenhum emprego. Morreu logo depois.*

A vida particular de Maquiavel não é muito simpática. Casado e pai e cinco filhos, perseguia as mulheres, não poupando mesmo as mais

apagadas cortesãs. Adorava todos os prazeres e era jogador. Por ocasião da sua última missão a Veneza, não obstante seu caráter oficial, jogou muito, vangloriando-se de haver ganho três mil florins.

Como já disse, a antiga Roma republicana era o ideal de Maquiavel, e Rousseau, posteriormente, considerou-o como um verdadeiro republicano; mas suas tendências republicanas não são muito acentuadas, e não o transformaram em teórico da república. Ele é apenas um observador dos fatos dos quais tira suas próprias conclusões. Consideraram-no precursor da unidade italiana. Villari, durante o “Risorgimento” e Mussilini, na era presente, apreciam-no exatamente como tal, embora Cavour prefira Guicciardini. Mas existe uma grande diferença entre as opiniões nacionalistas italianas de outrora e as de hoje: não era a união nacional que agradava a Maquiavel, mas sim a possibilidade de levar uma vida tranqüila, trabalhar em comércio e enriquecer. As constantes lutas dos pequenos Estados italianos e as intervenções dos franceses, espanhóis e suecos na Itália tornavam impossíveis os sonhos de Maquiavel, que aspirava unicamente a criação de um Estado italiano mais forte e que garantisse a tranqüilidade.

Durante toda sua vida, observou uma única tentativa com essa finalidade e foi a de Alexandre VI e César Bórgia, que acompanhou sem nenhum escrúpulo e aprovou. A Maquiavel nunca passaram despercebidas as características das personalidades com que conviveu, mas não se pode saber exatamente o que o encantou em César Bórgia; no entanto, repitamos ainda uma vez, nas suas opiniões políticas deixou um grande traço, talvez precisamente porque a realização de seus planos deveria trazer tranqüilidade à Itália Central. Note-se que Maquiavel não foi, em geral, um espírito apto a prever o futuro. Na sua “arte da guerra”, não compreendeu o papel que poderia representar a artilharia e também não previu a influência, sobre a vida européia, da Reforma de Lutero e das grandes descobertas geográficas que coincidiram justamente com sua vida. A unidade da Itália, tal como se fez, não foi de forma alguma prevista por ele, que apenas observou um único fato certo: que o maior obstáculo para essa unidade residia no poder secular dos papas.

As opiniões “republicanas” de Maquiavel estão expostas no seu **Discurso sobre Tito Lívio**, ao passo que todo o seu “maquiavelismo” se concentrou mais tarde no **Príncipe**. Este livro, que só se tornou célebre muito depois da morte do autor, devia, segundo as intenções deste, ser-vir-lhe para conquistar as boas graças dos Medicis. Compreende-se porque seu tom não poderia ser republicano. Maquiavel não é um moralista, não fala nesse livro de virtudes a aplicar, pois apenas dá conselhos práticos para alcançar

o poder e conservá-lo. Seu ponto de partida é que o homem é ingrato, inconstante, simulador e cúvido e que o chefe do Estado deve, portanto, supor que todos os homens são perversos. Em particular, a principal qualidade da plebe é regozijar-se com o mal. E como os homens só admiram o êxito, os vencedores não devem envergonhar-se dos meios pelos quais chegaram à vitória. O desejo de conquistar o poder é louvável quando se dispõe de meios; do contrário, é digno de censura. Como os outros homens, o príncipe não deve fiar-se unicamente na sorte: deve mudar de conduta segundo as circunstâncias. Entretanto, vale mais ser impetuoso que circunspecto porque "a sorte é mulher; é preciso combatê-la e enfrentá-la". O poder pode ser conseguido talvez pelo valor ou pela sorte, mas também pela crueldade; esta, entretanto, só deve ser empregada no advento do poder e, em seguida, ser substituída pelas boas ações, para conquistar os corações. É melhor para um príncipe ser amado e temido ao mesmo tempo. Mas se ele não conseguir tudo isso é melhor ser temido. Para ser temido, um príncipe poder tirar a vida aos súditos, mas não deve tocar em suas propriedades, nem na honra de suas mulheres porque então será odiado e isto é perigoso. É louvável ser fiel à sua palavra, mas os príncipes que não a têm levam vantagens; é preciso saber somente escolher a melhor maneira de agir, procurando a mais proveitosa no momento, pois há duas, a da raposa e a do leão.

O príncipe tem, por natureza, as mesmas virtudes e mesmos defeitos que o povo. Não precisa possuir todas as virtudes, mas deve aparentá-las, sobretudo a religião (era assim que Fernando, o católico, praticava a paz e a boa fé, sendo inimigo das duas). Frequentemente as virtudes lhe são mesmo perigosas, porque ninguém aprecia devidamente os motivos de uma ação e sim apenas os seus efeitos. Neste terreno Maquiavel é um precursor do jesuitismo, que também justifica os meios.

Citei apenas algumas idéias de Maquiavel. Algumas são hoje inaplicáveis, outras nos parecem muito ingênuas, mas o que resta nos dá o direito de classificá-lo, sobretudo, como oportunista. Sua principal idéia é a razão de Estado que implica, segundo ele, todos os interesses privados. Nossa moral atual não se pode acomodar certamente às lições de Maquiavel, mas é preciso também levar em consideração sua época e, então, será possível perdôá-lo. O **Príncipe** foi inscrito no "Index" em 1557, mas, supõe-se, com fundamento, que o foi exclusivamente por causa dos seus ataques à Igreja e ao clero, e não devido à sua amoralidade geral. E não esqueçamos que

Montaigne, moralista por todos reconhecido, pôde escrever, bem mais tarde que Maquiavel, que "o bem público exige que se traia, se minta e se massacre".

Ultimamente, um biógrafo disse de Maquiável que se este vivesse presentemente seria muito útil na redação de um grande jornal ou nos salões da "Sociedade das Nações". É perverso, mas exato, pois seu forte era a palavra e seu fraco a ação. É por isso, talvez, que ele admira toda ação vigorosa, por mais amoral que seja. É também por isso que até hoje se deseja ver no seu **Príncipe** um catecismo de muitos homens de Estado ambiciosos e que justificam as próprias ações com palavras desse pensador, palavras essas muitas vezes imprudentes. Ora, nos negócios políticos a moral é sempre pouco respeitada, e nisso está, talvez, a única afinidade desses estadistas com o **Príncipe** de Maquiavel, que ainda é interessante de examinar, mas unicamente como documento histórico que caracteriza uma era de nossa evolução. Como manual prático, perdeu todo valor.

MEMÓRIA CAMPINEIRA (52)

A MORTE DE LEOPOLDO AMARAL NOTICIADA PELO "O ESTADO DE S. PAULO" (dia 2 de junho de 1939)

No cemitério da Saudade, em Campinas, realizou-se ontem (dia 30 de maio) o enterro de Leopoldo Amaral, o nosso velho companheiro de trabalho, cujo trespasse foi publicado por esta folha em notícia apressada, de última hora, em nossa anterior edição.

Ligado a este jornal desde o tempo da Monarquia, quando ele ainda se chamava "A Província de S. Paulo", a sua morte repercutiu dolorosamente nesta casa, onde o velho jornalista contava em cada redator com um amigo e um admirador.

Tendo sido nosso correspondente em Campinas, desde 1886, foi Leopoldo Amaral, no "Estado", até há pouco tempo, o fiel narrador e comentador dos fatos da vida campineira e mesmo, mais tarde, quando a sua avançada idade e estado de saúde a obrigaram a abandonar a atividade jornalística, de tempos a tempos, continuou a deleitar os seus inúmeros leitores com os seus interessantes artigos sobre a história da velha cidade paulista.

Dedicando um entranhado amor à sua terra natal, nas suas apreciadas correspondências, sempre vasadas em estilo fluente, sempre cheias de vida e colorido, foi fixando, ano após ano, nas colunas desta folha, reservadas às notícias do interior, os acontecimentos mais importantes ali ocorridos. Investigador paciente dos arquivos, testemunha ocular de muitos episódios históricos da vida campineira, íntimo de ilustres varões que tanto elevaram o nome do burgo tradicional de Barreto Leme, de quem descendia em linha direta, era Leopoldo Amaral, de há muito, o maior conhecedor dos fastos de Campinas.

Era filho do antigo lavrador Antônio Francisco do Amaral Gurgel, que foi pessoa influente naquela cidade, tendo ocupado a presidência da Câmara Municipal de 1853 a 1858, e de d. Maria Isabel de Melo. Nascido em 20 de dezembro de 1856, desde cedo demonstrou a sua propensão para

as letras, havendo entrado, ainda bem moço, para a redução da "Gazeta de Campinas", naquela época dirigida pelo luminoso espírito de Carlos Ferreira.

Encarregando-se do noticiário, introduziu na imprensa campineira a reportagem, que era então uma novidade só conhecida dos grandes jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. Naquele tempo, formavam na imprensa de Campinas vultos da estatura de Campos Sales, Francisco Glicério, Júlio Mesquita, Júlio Ribeiro, Henrique de Barcelos, Alberto Sarmiento, Hipólito da Silva, Sampaio Ferraz, João Vieira de Almeida, Aprígio Cesarino e outros.

Dando, então, largas ao seu espírito idealista, tomou parte ativa na campanha da abolição e na propaganda republicana, ao lado de ilustres campineiros.

Embora se tivesse dedicado durante algum tempo ao comércio, como sócio da firma Martins, Leopoldo & Cia., em verdade nunca se afastou da imprensa. Após a proclamação da República, foi nomeado secretário da Câmara Municipal de Campinas, cargo que exerceu com raro zelo e proficiência até 30 de setembro de 1915, quando se aposentou.

Dotado de um coração boníssimo e de um espírito ilustrado, não havia em Campinas quem não lhe dedicasse a mais profunda estima e, mesmo, veneração. O acendrado amor que dedicava à sua terra natal, traduzido em todos os atos de sua vida e mais claramente revelado nas suas inúmeras crônicas, em que nunca se cansava de exaltar-lhe a beleza, o progresso, as tradições magníficas, os seus grandes homens e os seus feitos, grangearam-lhe uma extraordinária e merecida popularidade, podendo-se afirmar que na atualidade ocupava o primeiro lugar na estima e consideração dos seus conterrâneos.

No fim de sua vida, havendo sofrido o rude golpe de perder a companheira, a sua idolatrada esposa, d. Alda Barbosa do Amaral, e tendo uma única filha residindo em Santos, tal era o amor que dedicava à sua Campinas, que preferiu Leopoldo Amaral viver sozinho, naquela cidade, longe dos seus, a respirar outro ar que não fosse o do seu berço natal.

Deixou o velho jornalista, além de **Campinas: recordações**, obra em que enfeixou episódios da história de Campinas, um sem número de artigos e crônicas publicadas nesta folha e em jornais campineiros. Foi fundador e diretor de quase todas as casas de caridade de Campinas, assim como sócio honorário da maioria das associações recreativas e culturais daquela cidade. Exerceu por muitos anos o cargo de secretário da mesa administrativa de Santa Casa de Misericórdia local, tendo sido, quando obrigado a abandonar a sua atividade por motivo de saúde, agraciado com o título de secretário perpétuo daquela instituição.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

PERÍODO CONFUSO DA HISTÓRIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (Stanley Hilton)

“...não houve na história contemporânea do Brasil período mais confuso que o do governo provisório. A derrubada da república velha abriu a caixa de Pandora. A própria Aliança Liberal era uma coalisão inviável, uma vez que o inimigo comum fora eliminado. Basta citar, como símbolo nítido da incompatibilidade inerente à Aliança, a presença simultânea em suas fileiras de Artur Bernardes e dos tenentes.

Depois de outubro de 1930, o número de movimentos, partidos, clubes, alianças, legiões, agremiações e associações, representando todos os matizes, foi atordoante. E dentro de cada um ou cada uma havia divisões, facções, alas, subcorrentes, contracorrentes, esquerdas, centros, direitas, vanguardas e retaguardas. Floresceram comunistas, socialistas, fascistas, federalistas, autonomistas, regionalistas, nacionalistas, classistas, corporativistas, tenentistas, constitucionalistas e todos os “istas” que se possa imaginar. Às divergências ideológicas ou políticas se juntavam, logicamente, rivalidades e ambições individuais.

Dessa babel política Getúlio Vargas, homem eminentemente pragmático e oportunista, beneficiou-se pessoalmente; entretanto, quando se leva em conta as informações incompletas, inexatas, parciais e quase sempre contraditórias que chegavam a suas mãos, é difícil aceitar a idéia de que ele, para usar o argumento extremo, ficava no palácio Guanabara maquiavelicamente puxando os cordéis e manobrando as pessoas, embora lhe fosse cada vez mais agradável essa fama.

(1932: a guerra civil brasileira: história da revolução constitucionalista, 32-33. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. (Coleção “Brasil-Século XX”).

O CARÁTER DE ATENAS (de um discurso de Péricles)

(...) Para amenizar o trabalho, procuramos muitos recreios para a alma; instituímos jogos e festas que se sucedem a cada ano; e diversões que diariamente nos proporcionam deleite e diminuem a tristeza. A grandeza e a importância de nossa cidade atraem os tesouros de outras terras, de modo que não só desfrutamos dos nossos produtos como daqueles do universo inteiro.

No que se refere à guerra, somos muito diferentes de nossos inimigos porque permitimos que nossa cidade seja aberta a todas as gentes e nações, nem vedar nem proibir a qualquer pessoa que adquira informes e conhecimentos, ainda que sua revelação possa ser proveitosa a nossos adversários; pois confiamos tanto em preparativos e estratégias como em nosso animo e vigor na ação.

Outros, no que se refere à educação, acostumam, mediante um treinamento fatigante desde crianças, sua potência viril; nós, apesar de nossa forma de viver, não somos menos ousados e valentes para afrontar o perigo quando a necessidade o exige. Boa prova disso é que os lacedemônios jamais se atreveram a entrar em nossa terra sem que estejam acompanhados de todos os aliados; enquanto que nós, sem ajuda nenhuma, fizemos incursões no território de nossos vizinhos e muitas vezes, sem grandes dificuldades, derrotamos em país estrangeiro a adversários que defendiam seus próprios lares.

(...) E efetivamente preferimos o repouso e o sossego quando não estamos obrigados, por necessidade, ao exercício de trabalhos penosos e, também, ao exercício de bons costumes, a viver sempre com o temor das leis; de forma que não nos expomos ao perigo quando podemos viver tranquilos e seguros, preferindo a força da lei ao ardor da valentia. Temos a vantagem de não nos preocupar com as contrariedades futuras. Quando chegam estas, as enfrentamos com boa têmpera, como os que sempre estiveram acostumados com elas.

Por estas razões e muitas mais ainda, nossa cidade é digna de admiração. Ao mesmo tempo em que amamos simplesmente a beleza, temos uma forte predileção pelo estudo. Usamos a riqueza para a ação, mais que como motivo de orgulho e não nos importa confessar a pobreza, somente considerando vergonhoso não tratar de evitá-la.

(...) Atenas possui mais fama que as demais (cidades). É a única cidade que não dá motivos de rancor a seus inimigos pelos danos que lhes inflige, nem desprezo a seus súditos pela indignidade de seus governantes. Esta grandeza é demonstrada por importantes testemunhos e de uma maneira definitiva para nós e para nossos descendentes. Eles nos terão uma grande admiração sem que tenhamos necessidade de elogios de um Homero, nem de qualquer outro, para adornar nossos feitos com elogios poéticos, capazes de seduzir mas cuja ficção contradiz a realidade das coisas.

É sabido que, graças ao nosso esforço e ousadia, conseguimos que a terra e o mar por inteiro fossem acessíveis a nossa audácia, deixando em toda parte monumentos eternos das derrotas infligidas a nossos inimigos e de nossas vitórias.

(...)

(Moreira, Adriano/Bugallo, Alejandro/
Albuquerque, Celso - **Legado político
do Ocidente: o Homem e o Estado:**
29-30. São Paulo, Difel, 1978).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

D. DOMINGOS DO LORETO COUTO (c1696-c1762)

“A historiografia pernambucana da época colonial é valiosa na sua contribuição factual e na expressão de seus nomes, como o de Domingos do Loreto Couto”. Assim abre José Honório Rodrigues o capítulo sexto da primeira parte de sua **História da História do Brasil**. Dedicou ao nosso autor quase cinco páginas de seu livro, às vezes com reparos bem severos, para concluir que a obra do beneditino pernambucano “é indispensável ao conhecimento do Nordeste até o século XVIII”. E nos oferece uma apreciação de cada um dos “livros” da obra, permitindo-nos, assim, ter dela uma visão de conjunto muito bem delineada.¹

Alguns dados a respeito de sua vida são um tanto obscuros. Sabe-se que nasceu no Recife “por volta de 1696”, na informação de José Antônio Gonsalves de Mello. Era filho de João Álvares do Couto “minhoto das proximidades de Braga”, e de Laura Soares Gondim, olindense, “de cujo lado vem o seu parentesco com Sebastião da Rocha Pita, o historiador baiano, seu primo”, ainda na informação do autor pernambucano, a quem se deve recente reedição da obra de Loreto Couto.

A devoção familiar a São Francisco levou-o a ingressar na Ordem Franciscana, no Convento do Recife. Professou em Lisboa, em 1725, onde permaneceu vários anos “com uma vida nada religiosa e ficando conhecido por suas extravagâncias”, ainda no dizer de Gonsalves de Mello. Pelos seus atos “nada religiosos” esteve preso diversas vezes e, ao que tudo indica, só mais para o fim da vida foi que se regenerou, após ter obtido, inclusive, transferência para a Ordem dos Beneditinos. Foi Visitador-Geral do Bispado de Pernambuco e integrou, como sócio supranumerário, a Academia Brasileira dos Renascidos”.²

(1) Rodrigues, José Honório - **História da História do Brasil**, 1ª parte, *Historiografia colonial*. São Paulo, Editora Nacional, 1979, O Capítulo sobre Loreto Couto ocupa as páginas 231 a 235.

(2) Mello, José Antônio Gonsalves de - **O recifense Loreto Couto e seu livro**, posfácio à reedição dos **Desagravos do Brasil**, Recife, Fundação de Cultura, 1981.

Não chegou a ver publicada a obra pela qual fez jús à posteridade, **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**, dedicada a D. José I, por intermédio do Marquês de Pombal. Diz, no prólogo, que a escreveu “levado da justa mágoa de ver o grande descuido, que teve Pernambuco em perpetuar as virtudes de seus filhos, que com elas o ilustraram, e que insensivelmente ia o tempo consumindo a notícia de tão esclarecidos heróis, por faltar quem se resolvesse a escrevê-las”. E ainda “refutar alguns erros, e calúnias, com que alguns dos nossos autores, que têm escrito do Brasil, mancharam a opinião dos nossos índios, e de algumas pessoas beneméritas, sem mais fundamento que o de umas tradições tão suspeitosas, como mal nascidas e falsas”. Não bastasse, e ainda pretendeu mais: “mostrar ao mundo que em Pernambuco tem Vossa Majestade vassalos de espíritos tão animados, que não contentes com a glória herdada de seus maiores, souberam com a espada subjugar o furor dos inimigos, desterrar com a sua doutrina as trevas da gentilidade e assombrar com a sua constância a crueldade dos tiranos”. E remata suas justificativas: “Posso afirmar que nesta obra pus todo o cuidado para que saísse a mais apurada e é a primeira que temos de Pernambuco, individual e abundante”.

Daí, pôr mãos à obra para compor um vasto painel da história de Pernambuco, oferecendo uma visão bastante completa da vida social, econômica e política da terra pernambucana, desde a conquista e a colonização até a restauração após as guerras com os holandeses. Aliás, o próprio autor fazia questão de declarar haver posto em sua obra “todo o cuidado para que saísse a mais apurada”, sendo, na realidade, a primeira a se escrever sobre Pernambuco “individual e abundante”.

Com todas as suas justificativas e todo seu empenho, não teve o autor o prazer de ver publicada a sua obra. Concluída em 1757, permaneceu inédita por quase 150 anos. De fato, foi só em princípios deste século (1904) que, graças a Manuel Cícero Peregrino da Silva, então diretor da Biblioteca Nacional, mediante cópia obtida do original existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, veio a obra a lume, integrando os volumes 24 e 25, dos “Anais” da grande biblioteca da antiga Capital Federal.

Passados quase oitenta anos de sua primeira publicação, tornou-se raridade bibliográfica, conhecida apenas de alguns bibliófilos e poucos pesquisadores. Donde, a feliz iniciativa da Fundação de Cultura da Cidade do Recife em reeditar o precioso texto, incluindo-o na coleção “Recife”, na qual já figuravam numerosos títulos de grande interesse para a história de Pernambuco, particularmente do Recife. Trata-se de uma reedição fac-similar da de 1904, acrescida de um estudo de José Antônio Gonsalves de Mello (colocado ao fim do volume) e de um índice onomástico facilitando a

consulta das 562 páginas do volume. Veio, assim, esta iniciativa da Fundação de Cultura da Cidade do Recife “retirar do esquecimento a obra de Loreto Couto, tão importante para os estudos da História Pátria, na sua ótica mais pernambucana e mais ligada aos casos menores quase sempre desconhecidos daqueles que se dedicam ao estudo do nosso passado”, segundo a acertada ponderação de Leonardo Dantas Silva, então diretor-executivo da Fundação.

Transcrevemos de José Honório Rodrigues em sua obra já citada, a notícia dos oito “livros” dos **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**: o primeiro, “Pernambuco conquistado”, trata do descobrimento, da conquista e dos índios, a língua, o cativo e a cor vermelha; o segundo, “Pernambuco vencido e gloriosamente restaurado”, trata da invasão holandesa e de sua restauração, contendo ainda o capítulo XIII, que não consta do índice, e que trata da memória dos donatários e governadores de Pernambuco desde a conquista portuguesa até o domínio holandês; o terceiro, “Pernambuco renascido”, descreve suas cidades, vilas, lugares, engenhos e os estados eclesiástico, militar e político; o livro quarto, “Pernambuco ilustrado com virtudes”, cuida dos sacrifícios e martírios sofridos durante o domínio holandês, e dos jesuítas, beneditinos, franciscanos, carmelitas e oratorianos; o quinto, “Pernambuco ilustrado com as letras”, é dedicado à literatura e bibliografia; o sexto, “Pernambuco ilustrado pelas armas”, trata dos militares que serviam em Pernambuco e fora dele e dos índios e pretos que lutaram pela capitania; o sétimo, “Pernambuco ilustrado pelo sexo feminino” relembra as mulheres que se destacaram na capitania; e oitavo, “Pernambuco constante, valeroso e fiel nas calamidades”, é precioso pela notícia que dá das epidemias, das pestes, das perturbações, das guerras civis, como a de Palmares e a dos Camarões (Mascates).

Tudo isso, constituindo “discursos brasílicos, geográficos, dogmáticos, bélicos, apologéticos, morais e históricos”, para usar a própria definição do autor.

Para José Aderaldo Castello, as justificativas de Loreto Couto “definem com exatidão o espírito da obra, misto de crônica histórica, de casos exemplares e, portanto, de prosa moralista, de panegíricos e dados bibliográficos, repassados de certo valor crítico. Os títulos das partes ou livros de que ela se compõe são igualmente significativos e definidores de seu propósito”. Lembrando que Capistrano de Abreu, ao tratar de Loreto Couto em seus **Capítulos de história colonial**, ressaltou sobretudo a defesa que o autor pernambucano fez do nosso elemento indígena, escreveu Castello:

“Trata-se, de fato, da dignificação do homem americano, da defesa contra os ataques e o menosprezo que lhe foi votado pela maioria dos cronistas que se ocuparam dele, mas uma defesa que despreza qualquer

argumento ou fundamentação etnográfica, para dar relevo à natureza e à condição humana do elemento indígena. Através de casos exemplares, em diversas situações ou conjunturas, o índio é comparado em virtudes, em inteligência, em capacidade criadora, com o europeu ou com o elemento civilizado colonizador. Talvez seja este o primeiro aspecto da obra de Loreto Couto que se impõe no estudo da evolução de duas tendências fundamentais da literatura brasileira: o sentimento nativista e o indianismo. Neste último caso, somos levados a admiti-la mesmo como precursora do indianismo romântico, alguma coisa que poderia ser considerada como a antevisão da ‘bondade’, ou melhor, das qualidades do selvagem americano, evidenciada nos seus contactos e no confronto com o homem civilizado. E é bem provável que José de Alencar tenha conhecido o manuscrito de Loreto Couto”.

Outro aspecto que chamou a atenção de J. Aderaldo Castello: "a contribuição definidamente crítica da obra, de real interesse para a nossa história cultural. É, nestas condições, fonte importante para o estudioso de certas manifestações artísticas do Brasil-Colônia, como a música, a pintura, para o estudioso do ensino ou instrução pública e particular, e sobretudo para o historiador de nossas manifestações literárias nos três séculos coloniais. Neste último sentido, destaca-se o Livro Quinto, ‘Pernambuco ilustrado com as letras’. É certo que merece muitos reparos e correções nos dados bibliográficos que nos apresenta, mas em compensação nos leva a uma idéia razoavelmente ampla e segura de nossa vida literária, do século XVI ao XVIII, notadamente em Pernambuco. O autor não fica só na informação erudita, nos dados bibliográficos, em referências a representações teatrais, de qualquer forma passo inicial para a elaboração de nossa história literária. Frequentemente emite juízos críticos, ainda que encomiásticos, e naturalmente duvidosos. Mas não deixa de ser um julgamento crítico, que exemplifica o seu exercício na atividade literária da época”.³

Diversos historiadores da literatura brasileira ocuparam-se de Loreto Couto e de seu livro. Artur Mota confessa que nenhum dos livros que leu, de autores antigos, sobre Pernambuco, “foi gisado com maior amplitude de vistas” do que os **Desagravos do Brasil**. E Wilson Martins dedica ao autor pernambucano diversas páginas de sua conhecida obra, e ao apreciar as características dos **Desagravos** aponta como “novidade para a época e inesperado em tal autor”, os capítulos consagrados às mulheres famosas que haviam também concorrido para as glórias de Pernambuco.⁴

(3) Castello, José Aderaldo - *Manifestações literárias da era colonial*, 121-123. 3ª edição. São Paulo, Cultrix, 1967.

(4) Mota, Artur - *História da literatura brasileira*, segundo volume, 66. São Paulo, Editora Nacional, 1930 - Martins, Wilson - *História da inteligência brasileira*, vol. I, 401-403. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1976.

SELETA

DAS GUERRAS CERVIZ DO PALMAR (conservada a ortografia original)

Dom Domingos Loreto COUTO

21. A rústica, e rebelde República do Palmar teve principio no anno de mil, e seis centos e trinta e hum, tempo em que o Olandez havia conquistado estas Provincias. Os seus primeiros fundadores forão quarenta negros do Gentio de Guiné, que ou levados do natural, e comum dezejo da liberdade, ou apertados do rigor do captiveiro fugirão a seos senhores, levando consigo suas mulheres, e concubinas, armas muniçoens e ferramentas Procurando em terras remotas lugar, onde levantassem hua povoação, em que vissem com liberdade, e seguros de serem achados, fizerão assento em hum ameno vale, que fica em nove grãos ao certão do Porto Calvo, murado ao redor com terras tão altas, como se as formara a natureza para rusticas Piramides, e toscos obeliscos desse theatro de verduras. Aly as copadas arvores, quando como Gigantes frondosos o assombrão, então deixão a seos habitadores mais defendidos das inclemencias do tempo, e mais occultos as deligencias de seos senhores. Ajuntando-se o trabalho, e industria nas plantas, que lavrarão, e nas feras, que caçavão, abundavão de sustento em todo anno.

22. Muito tempo viverão incognitos, e sem mais perjuizo q. a perda, que causarão a seos senhores com a sua fugida, mas fazendo-se notorio por todas as partes este receptaculo de foragidos, o hião buscar outros muitos negros, e mulatos, assim captivos, como libertos, fugindo huns aos castigos de seos amos, outros aos da Justiça, que havião merecido por seos delictos. Não poucos obravão o mesmo para viverem em liberdade, e não por tiranias, que tivessem experimentado. Augmentava o numero dè seos habitadores muitos que nas sortidas, que fazião, e asaltos que davão, captivavão, e por este modo em poucos annos contarão mais de trinta mil negros divididos em

várias povoações, que occupavão mais de sessenta legoas de terra de Norte a Sul, e de Nascente a Poente sem limite, por comprehender dilatados certos. Crescia cada dia o seu poder por que multiplicando os asaltos nos Engenhos, e cazas dos moradores mais vezinhos, a suas estancias, captivavão innumeraveis escravos, o que sempre fazião a seu salvo, com notavel estrago, e perjuizo das fazendas. Nem temião que os buscassemos nestes seos alojamentos, porque sempre prevenidos de veredas occultas, por ser muito coberta a campanha, e elles tão destros nella, que metendo-se pelos matos, e sustentando-se de animaes, e frutas silvestres tão facil lhes era largar huas Aldeas, quando os buscavamos, como occupallas outra vez, quando as largavamos.

23. Vendo-se com grande poder se animavão a fazer aos Povos de Pernambuco os damnos que experimentarão os de Roma na guerra cervil, que por possuirem muitos escravos não poderão impedir que se levantassem sessenta mil debaixo do dominio de Espartaco, e causassem notaveis estragos na propria cabeça daquella famosissima Republica. A cobiça dos mercadores ha introduzido no Brazil immensos escravos, para augmentarem seos cabedades, trazem muitos das suas terras já por engano, já por força, e de huns portos a outros os trafegão, como se forão linhos, lãas, ou outras drogas, de que seguem três damnos muy concideraveis. O primeiro que havendo-se feito a liberdade dos homens mercancia, não podem deixar de ser achacosos muitos dos titulos, com que se tomão, e vendem. O segundo, que vindos infinitos arreigados em seos ritos, seytas, e máos costumes, cuidando pouco seos senhores em doutrinallos, e afeiçoallos aos perceyos divinos, continuão suas abominações, pervertem os outros, e Ihes introduzem seos erros. O terceiro, que se enchem as Republicas desta negra provizão com perigos de alborotos, e rebelioens, e assim como a quantidade moderada se pode tratar sem estes escrupulos, e com notaveis utilidades commuas a escravos, e senhores, o excesso he muy occasionado a qualquer desconcerto. Não porque se deva temer que os escravos se levantem com a Republica /que em corações viz, não cabem pençamentos reais / senão porque o amor da liberdade, he natural, e a troco de conseguilla, se podem ajudar a debellalla, como com effeito fizerão esses negros do Palmar.

24. Os escravos do Setios tomando as armas contra seos senhores, bastou para os sugeitar, que sahissem a elles cada hum com hum açoute na mão, para que vendo-os os Escravos Ihe cahissem os braços e as armas, e impellidos do animo cervil se derão logo a partido, e contentes de haverem conseguido o perdão do castigo, seguio cada hum seo senhor, desfazendo-se em hum instante a cervil rebelião. De outro modo succedeo com os negros

do Palmar. Animados com o bom successo de algũas emprezas, rotos os laços da obediencia, e quebradas as cadeas do temor, so cuidavão em augmentar o poder, fazerem-se temidos, e respeitados. Sendo já muitos em numero de gente, repartirão as terras pelas familias, que pondo-as em cultura, fazião mais rica, e dilatada a sua jurisdicção.

25. Como o fundamento, conservação, e aumento das Republicas consiste nas leys, e Justiça, formarão a sua Republica ao seo modo bem ordenada. O seu Principe com o nome de Zombi / que no seu idioma quer dizer Diabo / era feito por eleição, e por toda vida, tinhamo acesso a ella os negros, mulatos e mystiços de mais recto procedimento, de maior valor e esperiencia. Tinhao outros Magistrados de Justiça, e milicia. Castigavão com pena de morte o homicidio, o adulterio e o roubo. Os Escravos, que por sua vontade os buscavão, recebem com agrado, e ficavão livres; os que tomavão por força ficavão captivos, e podião ser vendidos; se estes intentavam fugir lhes erão castigados com moderação, e aquellos com pena capital. Conservavão o rito catholico, que entre nos profeçarão, mas a falta dos sacramentos, e Ministros da Igreja, que elles não buscavão pela sua rebelião, e pela liberdade dos costumes, em que vivião, Ihes havia introduzido ridiculas superstiçoens, e erros, culpa mais da sua ignorancia, que da sua maldade.

26. Muito padecião os moradores com os seos continuos assaltos. Como enxames rebentavão dentre as moitas, assolando, matando, e roubando, fazendas, cazas, e lavradores, e suposto respeitassem as moradas das pessoas principaes, não guardavão esse respeito as suas fazendas, e escravos. Já nenhum deligencia bastava para os reprimir, e menos para os vencer succedendo huns estragos a outros, sem que em nos se visse algũa demonstração, mas que a da paciencia, com que soportada no silencio a dor, soffriamos o sentimento dos agravos, sem tomar satisfação cabal das offenças. Encarecido o numero da gente, os valerosos guerreiros com que se achavão, as destreza, com que sabião jugar todas as armas, a fortissima muralha da sua circunvalação, a abundancia dos mantimentos, que colhião, com o que podião resistir ao mais largo assedio, e frustrar o impulso das nossas armas; Quase perdida a esperança de os expungar, o que só obravão os Governadores, era impor penas aos moradores que os communicassem, e pôr em certos sitios algũas instancias com gente que lhes impedisse o transito para nossas povoaçoens; opposição que não bastava para impedir o curso de seos poderosos assaltos, porque sem temer a resistencia, que encontravão continuavão nos insultos, fazendo-nos já descoberta a guerra, em que não

encontravão competente opposição, que os fizesse voltar bem castigados. E como estavam sempre a mira no que observamos, para ou se recatarem, ou adiantarem suas crueldades, nos tinham causado concideraveis perjuizos, passando já a asombrar o temor até onde não chegavão as suas armas.

27. Passou o atrevimento dos negros a crescer avultado de sorte, que já o temor tinha despovoado de todo aquelles sitios, que ficavão mais vezinhos a suas instancias, e alguns moradores para se conservarem em suas cazas, e fazendas se vião obrigados a ter com elles secreta confederação, dando lhes armas, polvora, balas, e roupas, sem attenção as gravissimas penas, em que encorrião, e com que alguns forão punidos. Em virtude do trato occulto ficavão seguras suas cazas, e escravos.

28. A calamidade que padecia Pernambuco com esta oppressão do, Palmar, vião, e não podião remediar os Governadores. Clamavão os Povos pelo remedio, o offerecião as pessoas, e os cabedaes para a guerra, que escusada nos perdia reputação, e interesses, feita nos cobrava o respeito, e segurava a fazenda. O Governador Caetano de Mello e Castro, ouvidas as queixas dos moradores, tendo por maior injuria sofrer desprezos de negros levantados, do que empenhar-se, em huma empresa tão arriscada, escreveo ao Governador, e Capitão Geral D. João de Lencastro, dando-lhe conta da sua determinação, e pedindo-lhe ordenasse ao Mestre de Campo Domingos Jorge, natural da cidade de S. Paulo, que com o seu Terço, que residia no certão do Piancho, marchasse para o Porto Calvo, onde se havia ajuntar com o Exercito da gente de Olinda, e Reciffe. Approvou D. João de Alencastro a resolução, e ordenou ao Mestre de campo Paulista que com a maior brevidade caminhasse a se encorporar com a nossa gente. E como os Paulistas são homêns, que faceis seguem a guerra pela honrra da victoria desprezando o enteresse dos despojos, caminharão apressados a esta empresa, em que nos forão iguaes no trabalho, na gloria companheiros.

(Os tópicos 29 a 34 são dedicados à descrição das lutas para a destruição de Palmares)

35. Senhoreada inteiramente a Povoação acharão nella os nossos, muitos arcos, e aljavas guarnecidos de setas, muitas armas de fogo tratadas com grande assejo, e outros instrumentos Marciais. Destruído o inimigo com tão pezado golpe voltarão os nossos mais carregados de honra que de despojos. Chegados ao Reciffe forão, recebidos do Governador com demonstraçoens de agrado não vulgar; do Povo levados como em triunfo, aplauso que huns celebrarão como intereçados na vingança, outros pelo credito das nossas armas, e todos pelas conveniencias da paz. Com hua

procissão solemne de acção de graças, se derão a Deos as graças como a Senhor dos Exercitos e das victorias.

36. Forão trazidos para o Recife os negros onde entrarão a reprezentar na sua desgraça o nosso triunfo. Todos os que erão capazes de fugir, ou de se rebelar os transportarão para as outras Provincias do Brazil, e alguns se remeterão a Portugal. As mulheres, e crianças, em quem não cabia a suspeita, ficarão em Pernambuco, chegando a todos o merecido castigo da sua rebellião, passando de hua vida liberta, a arrastar nas miserias de captivos, as cadeas de escravo.

37. Este fim tão util, como glorioso teve a guerra que fizemos aos negros do Palmar. Pelo espaço de secenta e sete annos, forão o escandalo desta Provincia, porque os Governadores demasiadamente prudentes se contentavão com Ihes fazer hua guerra deffensivel, para rebater Ihes seos ousados acomettimentos, deixando de os seguir em seus alojamentos, e esta irresolução os salvava do ultimo estrago, em todos acabarião; julgando os negros, respeito das suas armas, nossa paciencia; e nossa cautella, receyo do seo poder. Deveo-se agora ao zelo com que Caetano de Mello de Castro governava estas Provincias, ficarem em paz muitas legoas daquelle certão, que os negros occupavão. Atento a conservação dos subditos dispoz esta empreza, com tanto ardor, que se dispunha para entrar nella pessoalmente, e quando Ihe chegou a noticia da victoria, tinha juntado dous mil homens para com elles, e duas peças de artilharia marchar para aquella campanha, para ter parte na gloria da peleja. Por este, e outros relevantes procedimentos, sahio deste, e de outros governos com tantos creditos, que Ihe grangearão o superior lugar de Vice-Rey da India.

(Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco, 539-546. Rio de Janeiro, Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904; reed. Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981)

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

283. DUAS DEMONSTRAÇÕES DE FRANCESISMO

Devez em quando, algum leitor, super-estimado minha sapiência, bombardeia-me com perguntas nem sempre de resposta fácil, diante das quais fico muitas vezes sem saber o que dizer. Também, não invento. Quando não sei, confesso humildemente minha ignorância, remetendo o consulente a outras fontes mais seguras. Mas, quando sei, gosto de utilizar o próprio jornal para responder, pois assim posso atender também a outros possíveis interessados.

Um leitor, tendo lido qualquer coisa sobre a propaganda republicana no Brasil durante os vinte anos que medearam entre a fundação do Partido Republicano (1870) e a proclamação do novo regime (1889), admirou-se ao saber que em quase todas as reuniões republicanas desse período tocava-se a “Marselhesa”, o famoso hino nacional francês. E quis saber a razão. Não é difícil a resposta.

A França, não só pelos laços culturais, mas sobretudo pelo exemplo revolucionário, exercia de fato uma poderosa influência na vida brasileira. E isto, desde os tempos coloniais. Se na Inconfidência Mineira o exemplo era norte-americano, as idéias eram francesas. E na Inconfidência Baiana (a chamada “Revolta dos Alfaiates”, de 1798), a presença francesa é iniludível. Aí estão a demonstrá-lo os escritos de Luís Henrique Dias Tavares e Katia de Queiroz Matoso. Os símbolos da Primeira República Francesa eram adotados pelos nossos revolucionários. Não só o hino, mas o

próprio barrete frígio, que se tornou símbolo da democracia, tal como, em nosso século, a foice e o martelo vieram a se tornar símbolos do comunismo.

Os propagandistas republicanos apenas retomaram uma tradição que vinha do século XVIII, acentuada, agora, pela influência dos positivistas, que tinham, em tudo, a França por modelo, muitas vezes até escrevendo em francês ou adotando o calendário idealizado por Augusto Comte, que marca a folhinha a partir da Revolução Francesa.

Mas, há mais ainda, que pode parecer estranho aos de hoje: o dia 14 de julho (tomada da Batilha e data simbólica da Revolução Francesa), durante toda a nossa Primeira República (o que vale dizer até fins de 1930) era feriado nacional, em pé de igualdade com o 7 de setembro e o 15 de novembro. Ao organizar nosso calendário cívico, o governo provisório da República, fortemente influenciado pelos positivistas, ao lado do martírio de Tiradentes, do descobrimento do Brasil e da América, da data da Constituição, da Independência, da Abolição e da proclamação da República, colocou também uma data tipicamente francesa, a simbolizar a conquista dos direitos humanos nos ideais de Liberdade, igualdade e Fraternidade, que a República pretendeu encarnar. O “pretendeu” está de propósito. Aqui, como lá. Quase nada ficou, efetivamente, dos ideais tão altamente pretendidos. Com efeito, a Revolução Francesa, em dez anos de Liberdade, igualdade e Fraternidade, matou mais gente que o absolutismo em trezentos anos... Não sei se a França resistiria se não tivesse havido o “18 Brumário”, pois a Revolução, à moda de Saturno, acabou devorando seus próprios filhos...

Mas, os símbolos ficaram, tanto a “Marselhesa” como o 14 de julho. Era curioso, nas pequenas cidades do interior (e eu me lembro bem, pois vivi numa delas), quando a corporação musical dava a sua retreta comemorativa do feriado de 14 de julho, ouvir-se o hino nacional brasileiro e, logo em seguida, a “Marselhesa”, o belíssimo cântico de Rouget de l’Isle. E muita gente havia, certamente, sem saber a razão. (16-7-1994)

*

284. UM APELO AOS HISTORIADORES PAULISTAS

Certa vez meu saudoso amigo e companheiro Brasil Bandecchi ofereceu-me cópia de uma carta que recebera poucos dias antes de um dos maiores historiadores brasileiros, o amazonense Artur César Ferreira Reis,

infelizmente já falecido, em que este Ihe sugeria escrevesse uma obra sobre a participação de São Paulo na história do Brasil. Coincidentemente, em uma de suas reuniões recentes, a Academia Paulista de História, então presidida por Lycurgo de Castro Santos Filho, havia proposto a realização de um curso exatamente sobre o assunto que Artur César vinha de sugerir a Bandecchi. Mais ainda: a idéia era, possível fosse, transformar o curso em livro, suprimindo assim enorme lacuna em nossa bibliografia. Infelizmente nem o curso e, conseqüentemente, nem o livro, puderam ser realizados.

Ocorreu-me à lembrança conversa que tivera poucos meses antes com um colega do Rio Grande do Sul. Lamentava o quanto São Paulo ignorava a sua história, sendo, talvez, a única unidade da Federação que não possuía em suas escolas cadeiras ou cursos que a ensinassem. E argumentava com exemplos de numerosos Estados do país. A resposta do colega gaúcho foi extremamente simpática: “Para que vocês querem estudar a história de São Paulo? A história de São Paulo é a própria história do Brasil...” E recordava com justiça não haver região do Brasil, mesmo as mais longínquas, que historicamente não estivesse vinculada a São Paulo. Isto nos deve encher de orgulho, não há dúvida. Mas, antes do orgulho, deve chamar-nos à responsabilidade.

Durante algum tempo, diversas entidades culturais de São Paulo promoveram com certa regularidade cursos públicos, panorâmicos, sobre a história paulista, com muito boa freqüência, como posso testemunhar, pois tive o privilégio de participar de alguns deles. Insisto na expressão “cursos panorâmicos”, pois é isso que interessa ao grande público. Não Ihes adianta oferecer cursos especializados, muitas vezes sobre temas que os próprios conferencistas estão trabalhando para suas carreiras universitárias, valiosos, sem dúvida, mas de pouca valia para quem queira ter uma idéia de como São Paulo chegou a ser o que é.

Como se está fazendo (ou melhor, não fazendo...) a história paulista continuará desconhecida das novas gerações, as quais, mesmo que demonstrassem interesse em conhecê-la, nem encontrariam onde estudá-la, pela não existência de obras que dela tratem. Este é um dos pontos fracos de bibliografia paulista, em comparação com a de outros Estados. Conheço numerosos livros históricos, quase didáticos, tratando de Minas, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, Ceará, sem falar no Paraná e no Rio Grande do Sul, os dois Estados mais bairristas (no bom sentido do termo) com relação às suas histórias, mais estudadas que as de qualquer outra unidade da Federação. Um só exemplo: há em Porto Alegre pelo menos cinco editoras que só editam livros sobre o Rio Grande do Sul. Uma delas, tem um “slogan”

muito feliz: “Abra um espaço para o Rio Grande na sua biblioteca”. Quando é que nós, paulistas, vamos ter possibilidade de “abrir um espaço” em nossas bibliotecas para livros sobre nossa terra? (30-7-1994)

*

285. RECORDANDO UM GRANDE CATARINENSE

Hoje à tarde, deverá realizar-se em Florianópolis a “sessão de saudade” com que a Academia Catarinense de Letras, à qual me honro de pertencer como membro correspondente, reverenciará a memória de uma das grandes figuras de Santa Catarina, o acadêmico Victor Antônio Peluso Júnior, falecido em abril do, corrente ano. Grande figura, sem exagero, como geógrafo, historiador, político, professor universitário, enfim homem de intensa participação na vida de seu Estado.

É-me grato recordá-lo. Nosso relacionamento remontava há mais de meio século, pois nos conhecemos num congresso de geógrafos realizado na capital catarinense em setembro de 1940. Encontramo-nos muitas outras vezes, pelo menos por um período de quase vinte anos, em diversos lugares do Brasil, sempre em atividades geográficas. Quando, em 1966, como presidente nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros, coube-lhe promover em Blumenau um importante congresso de Geografia, distinguiu-me ele com o convite altamente honroso para proferir o discurso oficial de inauguração da importante reunião, que congregou geógrafos de numerosos Estados do Brasil.

Com meu afastamento das lides geográficas, perdi-o de vista, vindo a reencontrá-lo há uns quatro ou cinco anos, na bela capital catarinense, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. E uma tarde quase dada foi pouca para recordarmos nossas andanças pelo Brasil e nossos companheiros da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Conselho Nacional de Geografia.

“Doublée” de geógrafo e historiador, deixa importantes trabalhos nas duas especialidades, todas versando sobre a terra catarinense, começando com um belo estudo sobre Lages, a “rainha da serra”, como ele a denominou e que me levou a pensar fosse ele lageano. Só bem mais tarde vim a saber ser ele da própria capital.

“Como historiador e homem de letras - como se escreveu no convite da Academia Catarinense de Letras - honrou a cultura catarinense e destacou-se pelo seu saber, pelo que escreveu e pelas suas palestras e conferências. Quem com ele conviveu, desfrutou do esplendor de sua inteligência, da generosidade de seu coração, da firmeza de seu caráter e do carisma do mestre, educador e professor. Quando faleceu, deixou uma expressiva lição de bondade, dignidade, sabedoria, compreensão e respeito”.

Nas suas pesquisas geográficas demonstrou sempre grande interesse pelos temas relativos à propriedade territorial e à geografia urbana. Suas valiosas contribuições, nesse setor, foram reunidas para formar os volumes **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina e Aspectos geográficos de Santa Catarina**, obras do mais alto valor e que manterão o seu nome como uma das verdadeiras expressões no campo dos estudos e das pesquisas científicas.

Colaborou, com freqüência, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, aliás - diga-se de passagem - a única revista de Instituto Histórico e Geográfico do Brasil que dedica parte de seus volumes a temas de geografia. As outras todas tratam exclusivamente de história...

Na Academia Catarinense, Peluso ocupava desde 1965 a cadeira nº 20, que tem como patrono Joaquim Augusto do Livramento e fora ocupada anteriormente por Fúlvio Aducci e Custódio de Campos.

Aqui, pois, a homenagem e a saudade deste seu velho amigo, nesta pequena nota, que talvez seja a única a recordá-lo, fora de seu Estado natal. (30-7-1994).

*

286. JESUÍTA ÍTALO-ITUANO

Não sei se alguém, em alguma ocasião, aplicou-lhe esse apelido. Mas, bem que o merece. É como ítalo-ituano que vejo a simpática figura do ilustre sacerdote jesuíta, Padre Rafael Galanti, que, vivendo a maior parte de sua vida no Brasil, boa parte dela foi consagrada a Itu, como professor do tradicional Colégio São Luís, que, bem antes da convenção republicana, projetou o nome da terra ituana por todo o Brasil.

Nascido na Itália em 1840, ingressou na Companhia de Jesus aos 19 anos de idade. Veio ao Brasil pela primeira vez em 1867, lecionando por dois anos na capital catarinense, então denominada Desterro. Voltou à Europa a fim de concluir seus estudos, o que ocorreu com muitos percalços, pois encontrava-se em Roma quando as tropas piemontesas ocuparam a cidade, na campanha pela unificação da Itália. Isto o levou a transferir-se para a Inglaterra, onde se ordenou, e depois para a Bélgica, onde concluiu sua formação.

Em 1874, ei-lo de volta ao Brasil, donde nunca mais saiu. Designado para o Colégio de Itu, aqui permaneceu por quatro anos, quando, a convite do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, foi auxiliá-lo em obra missionária na extensa diocese do norte do Brasil, o que lhe propiciou a oportunidade de viajar por boa parte da Amazônia. Finda a missão, retornou a Itu, onde permaneceu 17 anos seguidos. Transferido para Nova Friburgo, na bela cidade fluminense faleceu a 2 de agosto de 1917, após prolongada enfermidade.

Entre 1896 a 1910 empreendeu a publicação da obra que lhe deu renome, o **Compêndio de História do Brasil**, em cinco alentados volumes, reeditados entre 1911 e 1913. O ter elaborado obra tão vasta (para a qual o título “Compêndio” é pouco adequado) e tão ricamente expositiva, e na qual muitas gerações hauriram seus conhecimentos de História do Brasil (tal como aconteceu posteriormente com as obras de João Ribeiro, Rocha Pombo, Veiga Cabral, entre outros), dá ao Padre Galanti acentuado relevo entre os cultores de nossa História, notadamente entre os autores que, desde o século passado, empenharam-se na exposição de nossas fastos históricos, com um caráter praticamente didático, mas transcendendo muito a esse objetivo, não só pela extensão da obra, como pela riqueza do conteúdo nela existente, superior a muitas obras similares.

Ao fundar-se em São Paulo, em fins de 1972, a Academia Paulista de História, foi o nome do Padre Rafael Galanti lembrado para patrono de uma das cadeiras do sodalício, precisamente a que coube ao seu “Irmão de Ordem”, o eminente historiador, também jesuíta, Padre Hélio Abranches Viotti, titular também da Academia Paulista de Letras e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De seu patrono, traçou o Padre Viotti excelente perfil, que teve o privilégio e o prazer de publicar em o nº 95 de “Notícia Bibliográfica e Histórica”, em 1979.

Não tendo sido reeditados os cinco volumes de sua **História do Brasil**, a não ser uma só vez, tornou-se a obra do Padre Galanti bastante rara muito prezada pelos seus possuidores.

Infelizmente o “Código de Endereçamento Postal” não menciona Itu. Curioso! Registra tudo quanto é aldeia do Brasil e omite uma cidade da importância de Itu. Por isto não posso conhecer a nomenclatura completa das vias públicas ituanas. Não sei, portanto, se existe na cidade alguma rua a lembrar o Padre Rafael Galanti. Se não existe, aqui fica a sugestão para que se sane a eventual lacuna. Merece! (10-9-1994)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

